INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

POLÍTICAS MIGRATÓRIA SUL-SUL:
Um estudo da política migratória do Brasil, Chile e República Dominicana pensando no Haiti

LUCIEN JEAN

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

POLÍTICA MIGRATÓRIA SUL-SUL:
Um estudo da política migratória do Brasil, Chile e República Dominicana pensando no Haiti

LUCIEN JEAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

Orientadora: Profª. Dra. Karen dos Santos Honorio

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

LUCIEN JEAN

POLÍTICAS MIGRATÓRIA SUL-SUL:
Um estudo da política migratória do Brasil, Chile e República Dominicana pensando no Haiti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora Profª. Dra. Karen dos Santos Honorio
UNILA

_____
Prof. Dr. Felipe Cordeiro De Almeida
UNILA

_____
Profª. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

Foz do Iguaçu, 8 de Dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Dedico este trabalho à minha mãe, cuja força, coragem e amor incondicional sempre foram meu alicerce. Por cada gesto de cuidado, cada palavra de incentivo e cada sacrifício silencioso, deixo aqui a minha gratidão mais profunda. Este trabalho também é fruto do seu esforço, da sua fé em mim e do exemplo que carrego todos os dias. Obrigado por nunca desistir de mim.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda luz e esperança, agradeço pela existência, pela força que sustenta meus passos e pela serenidade que me guiou mesmo quando o caminho parecia estreito demais para continuar. É Sua mão que me levanta nos dias difíceis e Seu cuidado que transforma cada desafio em aprendizado. A Ele, entrego minha gratidão mais profunda.

À minha orientadora, Professora Dra. Karen Honorio, expresso meu sincero reconhecimento. Sua orientação generosa, seu olhar atento e sua dedicação ao meu processo formativo foram fundamentais para que este trabalho ganhasse sentido, rigor e direção. Estendo também meus agradecimentos a todas as professoras e professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica; cada aula, cada diálogo e cada desafio intelectual deixaram marcas que levarei comigo para além da universidade. Vocês contribuíram não apenas para minha formação profissional, mas também para a construção do meu olhar sobre o mundo.

À minha mãe, Elicie Alexis, vai o meu agradecimento mais profundo e especial. Sua força silenciosa, sua coragem diante das adversidades e seu amor incondicional foram o alicerce que sustentou cada etapa desta caminhada. Você é o meu primeiro exemplo de resistência, de dignidade e de fé. Este trabalho é também fruto das suas renúncias, dos seus sonhos que se misturam aos meus e da esperança que você plantou em mim desde o início.

Aos colegas e amigos da faculdade, expresso minha gratidão por cada momento compartilhado, pelas trocas de ideias que enriqueceram meu caminho, pelo apoio nos dias de dúvida e pela cumplicidade que transformou desafios em conquistas coletivas. Vocês foram essenciais para tornar esta jornada mais leve e inspiradora.

Por fim, agradeço a toda a minha família, que depositou fé em mim mesmo quando eu ainda aprendia a acreditar em mim mesmo. Em cada palavra de incentivo, em cada gesto de apoio e em cada demonstração de carinho, encontrei motivos para seguir. A força que me trouxe até aqui é, em grande parte, resultado da confiança que vocês sempre depositaram na minha jornada.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Os nossos pais amam-nos porque somos seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos de sucesso, isso pode parecer irrelevante, mas nas ocasiões de fracasso, oferecem um consolo e uma segurança que não se encontram em qualquer outro lugar.

Bertrand Russell

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

RESUMO

Este Trabalho analisa as políticas migratórias sul-sul no contexto da diáspora haitiana para o Brasil, Chile e República Dominicana, com foco no período de 2010 a 2023, impulsionado pelo terremoto devastador no Haiti. Através de uma abordagem qualitativa e comparativa, baseada em análise de documentos oficiais, legislações nacionais e relatórios de organizações como a OIM e ACNUR, o estudo examina os fatores estruturais e conjunturais da migração haitiana, as respostas institucionais dos países receptores — desde vistos humanitários no Brasil e abertura inicial no Chile até a exclusão estrutural na República Dominicana — e os desafios de integração social, incluindo barreiras linguísticas, raciais e culturais. A pesquisa destaca impactos regionais, como precarização laboral e xenofobia, e propõe perspectivas para uma governança migratória mais inclusiva, enfatizando cooperação regional, programas de ensino de idiomas e combate ao racismo. Os resultados contribuem para o debate sobre migrações contemporâneas, defendendo abordagens humanitárias adaptadas às realidades do Sul Global.

Palavras-chave: Migração Sul-Sul, Diáspora Haitiana, Governança migratória, Colonialidade do poder, Integração social.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

RESUMEN

Este trabajo analiza las políticas migratorias Sur-Sur en el contexto de la diáspora haitiana hacia Brasil, Chile y República Dominicana, con foco en el período de 2010 a 2023, impulsado por el devastador terremoto en Haití. A través de un enfoque cualitativo y comparativo, basado en el análisis de documentos oficiales, legislaciones nacionales y reportes de organizaciones como la OIM y ACNUR, el estudio examina los factores estructurales y coyunturales de la migración haitiana, las respuestas institucionales de los países receptores —desde los visados humanitarios en Brasil y la apertura inicial en Chile hasta la exclusión estructural en República Dominicana— y los desafíos de integración social, incluyendo barreras lingüísticas, raciales y culturales. La investigación destaca impactos regionales, como la precarización laboral y la xenofobia, y propone perspectivas para una gobernanza migratoria más inclusiva, enfatizando la cooperación regional, programas de enseñanza de idiomas y el combate al racismo. Los resultados contribuyen al debate sobre las migraciones contemporáneas, defendiendo enfoques humanitarios adaptados a las realidades del Sur Global.

Palabras clave: Migración Sur-Sur, Diáspora Haitiana, Gobernanza migratoria, Colonialidad del poder, Integración social.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis analyzes South–South migration policies in the context of the Haitian diaspora to Brazil, Chile, and the Dominican Republic, focusing on the period from 2010 to 2023, driven by the devastating earthquake in Haiti. Through a qualitative and comparative approach based on the analysis of official documents, national legislation, and reports from organizations such as IOM and UNHCR, the study examines the structural and situational factors of Haitian migration, the institutional responses of host countries — from humanitarian visas in Brazil and initial openness in Chile to structural exclusion in the Dominican Republic — and the challenges of social integration, including linguistic, racial, and cultural barriers. The research highlights regional impacts such as labor precarization and xenophobia, and proposes perspectives for a more inclusive migration governance, emphasizing regional cooperation, language education programs, and anti-racism initiatives. The results contribute to the debate on contemporary migrations, advocating for humanitarian approaches adapted to the realities of the Global South.

Keywords: South–South Migration, Haitian Diaspora, Migration Governance, Coloniality of Power, Social Integration.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…… 12

CAPÍTULO I – A MIGRAÇÃO HAITIANA NA AMÉRICA LATINA…… 16

1.1. Migração Sul-Sul e o Papel do Brasil como Polo Regional

…….. 16

1.2. O terremoto de 2010 e a intensificação dos fluxos migratórios Haitianos……21

1.3. Fatores estruturais e conjunturais da diáspora haitiana……..28
1.4. Impactos regionais da migração haitiana… 35

CAPÍTULO II – POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: BRASIL, CHILE E REPÚBLICA DOMINICANA (2010-2023).....41

2.1. Brasil: Visto humanitário e desafios de integração
……..41
2.2. Chile: Da abertura inicial ao endurecimento das políticas
……..49
2.3. República Dominicana: Exclusão estrutural e tensões históricas
……53
2.4. Análise comparativa das respostas institucionais
……60

CAPÍTULO III – INCLUSÃO SOCIAL E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO……67

3.1. Regularização e acesso a direitos (trabalho, saúde, educação)
……67
3.2. Barreiras socioculturais, linguísticas e raciais
……75
3.3.Propostas e Perspectivas de políticas Migratórias para uma Governança migratórias mais inclusivas
……..83
CONSIDERAÇÕES FINAIS……87

REFERÊNCIAS…… 89

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

1. INTRODUÇÃO

A Migração é um fenômeno intrínseco à história da humanidade, uma expressão da busca incessante por melhores condições de vida, segurança e oportunidades. Desde os tempos mais remotos, populações se deslocaram em resposta a mudanças ambientais, conflitos, ou simplesmente pela aspiração de um futuro mais promissor. No contexto contemporâneo, entretanto, a migração internacional adquiriu contornos mais complexos, impulsionada por uma multiplicidade de fatores que incluem crises econômicas globais, desastres naturais de grande escala, conflitos armados e desigualdades socioeconômicas entre as nações. Esses elementos transformaram a mobilidade humana em um dos temas mais desafiadores e debatidos do século XXI, exigindo das sociedades receptoras respostas que equilibrem interesses nacionais com compromissos humanitários internacionais.

Nesse cenário, a diáspora haitiana emerge como um caso paradigmático, especialmente após o devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010, que abalou o Haiti e desencadeou uma das maiores ondas migratórias das últimas décadas na América Latina e no Caribe. Com magnitude de 7,0 na escala Richter, o desastre natural deixou um saldo estimado de 220 mil mortos e mais de 1,5 milhão de pessoas desabrigadas, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2010). Esse evento não apenas intensificou as vulnerabilidades históricas de um país já marcado por instabilidade política e pobreza extrema, mas também reconfigurou os padrões migratórios regionais, direcionando milhares de haitianos para destinos até então pouco explorados, como Brasil, Chile e República Dominicana.

Este estudo realiza uma análise comparativa das respostas desses três países aos fluxos migratórios haitianos, com recorte espacial nos principais destinos continentais da diáspora pós-2010 (Brasil, Chile e República Dominicana) e temporal de 2010 a 2023 (com atualizações possíveis até 2025). A hipótese central que guia a pesquisa é que, embora inseridas no contexto da migração Sul-Sul, as políticas migratórias desses países revelam respostas heterogêneas, desde vistos humanitários no Brasil e abertura inicial no Chile até exclusão estrutural na República Dominicana , demonstrando a persistência da colonialidade do poder e de hierarquias históricas mesmo entre nações do Sul Global.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

O terremoto de 2010 foi um marco na trajetória do Haiti, agravando uma crise humanitária que já se arrastava por gerações. Antes mesmo do desastre, o país enfrentava indicadores sociais alarmantes: cerca de 60% da população vivia abaixo da linha da pobreza, e a instabilidade política, somada a sucessivos golpes de estado e regimes autoritários, minava qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável (Marcelin, 2015). A catástrofe natural, portanto, funcionou como um catalisador, empurrando milhares de haitianos para além de suas fronteiras em busca de sobrevivência. Diferentemente de períodos anteriores, quando os Estados Unidos e a França eram os principais destinos, a América Latina emergiu como uma rota alternativa, refletindo tanto as restrições crescentes nas políticas migratórias do Norte Global quanto a percepção de oportunidades em países como Brasil, Chile e República Dominicana.

Cada um desses países oferece um contexto singular para o estudo da migração haitiana. O Brasil, por exemplo, ganhou destaque internacional a partir de 2012, quando implementou uma política de vistos humanitários que permitiu a regularização de milhares de haitianos. Essa iniciativa, analisada por autores como Baeninger e Peres (2017), representou uma tentativa de resposta solidária à crise, embora tenha enfrentado limitações significativas na integração socioeconômica dos migrantes. O Chile, por sua vez, consolidou-se como um destino preferencial a partir de 2015, atraído por sua estabilidade econômica e pela existência de redes migratórias já estabelecidas. Estudos como o de Martínez e Orrego (2019) apontam que, apesar de uma recepção inicial favorável, o país adotou medidas restritivas nos anos seguintes, refletindo pressões internas e mudanças no clima político. Já a República Dominicana, que divide a Ilha de Hispaniola com o Haiti, apresenta uma relação histórica ambígua com os migrantes haitianos, marcada por tensões raciais, disputas territoriais e uma longa tradição de migração laboral, frequentemente acompanhada de discriminação institucionalizada (Ferguson, 2003).

A análise comparativa das políticas migratórias desses três países oferece uma janela privilegiada para compreender como diferentes contextos nacionais lidam com um mesmo desafio global. Brasil, Chile e República Dominicana, embora geograficamente próximos e inseridos no chamado Sul Global, possuem histórias, capacidades institucionais e prioridades políticas distintas. Ainda assim, todos enfrentam o dilema comum de conciliar demandas internas – como a proteção do mercado de trabalho e a segurança pública – com os princípios de direitos

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

humanos consagrados em acordos internacionais. Este trabalho busca, portanto, identificar pontos de semelhança e divergência nas abordagens adotadas, bem como avaliar suas implicações para os migrantes haitianos e para a governança migratória na região.

A pesquisa se justifica na sua atualidade e na lacuna identificada na literatura: poucos estudos comparam diretamente esses três países no contexto haitiano, apesar da relevância da migração Sul-Sul para o debate sobre desigualdades globais e regionais. A migração haitiana não reflete apenas as vulnerabilidades do Haiti, mas expõe capacidades e limitações dos receptores em promover inclusão, contribuindo para políticas mais eficazes e humanitárias**.**

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e comparativa, baseada na análise de documentos oficiais, legislações nacionais e relatórios da OIM e ACNUR, HWR complementada por dados secundários de estudos acadêmicos. Essa estratégia permite uma visão longitudinal das transformações políticas e seus impactos socioculturais e econômicos.

O trabalho está organizado em três capítulos principais: o primeiro oferece contextualização histórica e teórica da migração haitiana, com ênfase nos fatores pós-2010 e dinâmicas Sul-Sul; o segundo analisa detalhadamente as políticas de Brasil, Chile e República Dominicana; o terceiro discute obstáculos à inclusão e perspectivas futuras, estendendo reflexões a migrantes em geral.

A migração haitiana para a América Latina não é apenas um reflexo das vulnerabilidades do Haiti, mas também um espelho das capacidades e limitações dos países receptores em lidar com a mobilidade humana. O Brasil posicionou-se inicialmente como modelo de acolhimento, mas enfrentou dificuldades na garantia de direitos básicos. O Chile oscilou entre abertura e restrição, evidenciando limites da aceitação social. Já a República Dominicana revela exclusão extrema, moldada por questões históricas e raciais.

Ao explorar essas experiências, este estudo contribui para o debate acadêmico sobre migração e políticas públicas, oferecendo análise sistematizada para intervenções práticas. A literatura existente aponta para a complexidade das migrações contemporâneas, mas a comparação direta entre esses países preenche uma lacuna importante, propondo caminhos para governança mais justa. Além disso, o recorte temporal de 2010 a 2023 captura a evolução das

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

políticas em período de mudanças globais e regionais, revelando tensões entre solidariedade e interesses nacionais. Por fim, este trabalho reforça a importância de abordagens cooperativas e inclusivas. Em um mundo interconectado e fragmentado por crises, a experiência haitiana oferece lições valiosas para políticas humanitárias que priorizem dignidade e direitos dos migrantes.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

CAPÍTULO I – A MIGRAÇÃO HAITIANA NA AMÉRICA LATINA

1.1 Migração Sul-Sul: O Brasil como Porta de Entrada para os Fluxos Regionais

A migração Sul-Sul, refere-se ao movimento de pessoas entre países em desenvolvimento, geralmente no hemisfério Sul, emergindo como padrão significativo no século XX, impulsionada por descolonização, crises regionais e desigualdades estruturais. Segundo o World Migration Report 2020 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), aproximadamente 43% dos 281 milhões de migrantes internacionais em 2020 residiam em nações do Sul global, superando os fluxos tradicionais para o Norte (OIM, 2020). Um aspecto central desse processo é a forma como certos grupos são mais propensos a migrar, influenciados por características pessoais e contextos sociais, o que molda os perfis dos fluxos migratórios.

O surgimento da migração como fenômeno estruturado está vinculado a grandes transformações históricas. A Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) marcou o início de deslocamentos em massa, com a migração rural-urbana na Europa e os fluxos transatlânticos destinados a atender à demanda por mão de obra em indústrias e plantações. No entanto, antes mesmo desse período, é importante mencionar a escravidão como uma das formas mais significativas da migração forçada, que deslocou milhões de africanos para as Américas entre os séculos XVI e XIX. Esse processo não apenas moldou as economias coloniais e o sistema capitalista em formação, mas também estabeleceu as bases de dinâmicas migratórias globais marcadas por desigualdades raciais e estruturais. Assim, a migração moderna emerge tanto de impulsos econômicos quanto de coerções históricas, combinando liberdade e violência em sua origem.

No século XX, eventos como as guerras mundiais, a descolonização e as crises econômicas, como a Grande Depressão, ampliaram esses deslocamentos, forçando milhões a buscar refúgio ou subsistência em outras regiões. A globalização, a partir da segunda metade do século, expandiu redes transnacionais, facilitando fluxos mais diversos e complexos, conectando comunidades através de remessas e informações. A migração Sul-Sul ganhou destaque após a década de 1950, com a independência de nações africanas e asiáticas, somada a desastres naturais e instabilidades políticas, como o terremoto no Haiti em 2010. Hujo e Piper (2010)

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

apontam que esses fluxos são influenciados por proximidade geográfica, semelhanças culturais e acordos regionais, distinguindo-se dos movimentos Norte-Sul por sua autonomia e foco em soluções locais, como a busca por trabalho e segurança em contextos próximos.

Um aspecto que define esses fluxos é a tendência de certos indivíduos ou grupos serem mais propensos a migrar, influenciada por fatores como idade, habilidades e conexões sociais. Essa dinâmica inicial favorece pessoas em estágios específicos de vida, com capacidade de adaptação a novos ambientes, e muitas vezes abre caminhos para outros seguirem, ampliando a diversidade dos fluxos ao longo do tempo. No contexto haitiano, por exemplo, os primeiros a chegar estabeleceram bases que facilitaram a vinda de familiares e comunidades, refletindo uma estratégia de sobrevivência que combina planejamento individual e suporte coletivo. Joseph (2015) destaca que esses movimentos são frequentemente planejados, com remessas enviadas para sustentar quem permanece na origem, embora limitações estruturais, como falta de políticas de acolhimento, possam restringir o sucesso dessas iniciativas.

A migração Sul-Sul desafia narrativas centradas no Norte global, posicionando regiões em desenvolvimento como espaços ativos de mobilidade. Diferentemente dos fluxos Norte-Sul, frequentemente associados à busca por cidadania ou status em nações ricas, a migração Sul-Sul prioriza objetivos imediatos, como acesso a trabalho e refúgio, aproveitando proximidade cultural e acordos regionais, como os do Mercosul. Contudo, essa autonomia não elimina vulnerabilidades; a transitoriedade dos estatutos migratórios, conforme Moreira (2014), coloca muitos em uma "posição marginal", sujeitos a políticas públicas inconsistentes e exploração. Essa tendência de certos perfis predominarem nos fluxos amplifica tensões, pois nem sempre as oportunidades disponíveis correspondem às expectativas, levando a reorientações, como migrações secundárias. Mamed (2018) sugere que essa dinâmica reflete "ajustes estruturais do capital", onde a migração é explorada para suprir demandas laborais precárias, destacando a necessidade de políticas que equilibrem iniciativas individuais e proteção estatal.

Dentre os destinos latino-americanos, o Brasil destacou-se por uma conjugação de fatores, que passaremos a analisar. A escolha do Brasil como destino pelos imigrantes haitianos, especialmente depois de 2010, resulta em uma combinação de fatores históricos, geopolíticos, econômicos e sociais que convergiram para posicionar o país como um polo atrativo na América

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Latina. Um dos principais catalisadores foi o terremoto de 12 de janeiro de 2010, que devastou o Haiti, matando cerca de 200 mil pessoas e deslocando 1,5 milhão, segundo estimativas da OIM (2010). Esse desastre natural agravou uma crise socioeconômica já crônica, com 70% da população vivendo abaixo da linha de pobreza (James, 2010), forçando muitos a buscar refúgio além das fronteiras. Dentre os destinos possíveis, o Brasil emergiu como uma opção viável devido à sua participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), iniciada em 2004. Como líder dessa missão, o Brasil enviou milhares de soldados, criando uma familiaridade simbólica e prática com o país, reforçada por contatos estabelecidos durante os anos de operação. Seguy (2014) argumenta que essa presença reflete um projeto subimperialista[1], integrando o Haiti a redes globais sob influência brasileira, o que facilitou a percepção do Brasil como um destino acessível.

Outro fator determinante foi a legislação migratória brasileira, que se destacou por sua abertura em comparação a outros países da região. A Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/1997) internalizou a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, ampliando a definição de refugiados para incluir violações graves de direitos humanos, o que abriu portas para os haitianos fugindo da instabilidade. Em 2012, a Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional da Imigração (CNIg) instituiu o visto humanitário, permitindo residência provisória renovável por cinco anos, uma medida pioneira que contrastava com restrições impostas por nações como o Peru, que exigiu vistos a partir do mesmo ano. Essa política facilitou a regularização de milhares de haitianos que chegavam, muitas vezes de forma indocumentada, pelo Acre, consolidando o Brasil como um destino seguro e legalmente acessível. Moreira (2014) observa que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) tem um papel central nessa gestão, embora enfrente desafios para alinhar soberania estatal com proteção humanitária.

Economicamente, o Brasil vivia um período de crescimento entre 2010 e 2015, impulsionado por investimentos em infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, além da expansão da agroindústria da carne. O setor agroindustrial, que

[1] O termo *subimperialismo* foi formulado por Ruy Mauro Marini (1977) para descrever a atuação de países dependentes que, ao alcançarem certo desenvolvimento econômico e militar dentro da periferia do sistema capitalista, passam a exercer formas de dominação ou influência sobre outros países periféricos. No caso brasileiro, o subimperialismo refere-se à política externa e militar do país na América Latina e no Caribe — como no Haiti —, em que o Brasil atua como potência regional intermediária, reproduzindo, em escala menor, as práticas de hegemonia das potências centrais.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

tornou o Brasil líder mundial em exportações de carne bovina e avícola (Abiec, 2010), enfrentava alta rotatividade devido a condições precárias, como jornadas exaustivas e riscos de adoecimento (Neli, 2006). Essa demanda por mão de obra barata e flexível atraiu haitianos, que, por sua juventude e resiliência, foram recrutados especialmente para o Sul do país, onde 72,2% dos empregos formais de haitianos estavam concentrados em 2014 (Cavalcanti et al., 2015). Mamed (2018) destaca que essa absorção reflete ajustes estruturais do capital, com empresas aproveitando a vulnerabilidade dos migrantes para suprir vagas em frigoríficos, muitas vezes em condições de superexploração.

Socialmente, redes migratórias jogaram um papel eminente. Os primeiros haitianos que chegaram, frequentemente com alguma educação, estabeleceram contatos que facilitaram a vinda de familiares e amigos, enviando informações e remessas. Massey et al. (1993) explicam que essas redes reduzem custos e riscos, criando um efeito cumulativo que perpetua fluxos. No caso haitiano, a rota amazônica via Equador e Peru foi consolidada por essas conexões, transformando o Brasil em um destino conhecido no Haiti. Moreira (2014) complementa que essas redes mitigam a marginalidade dos refugiados, embora dependam de apoio de organizações como a ACNUR. A familiaridade linguística e cultural, mesmo sendo limitada, também contribuiu, com o português sendo aprendido rapidamente por muitos, facilitando a integração inicial.

O Brasil não apenas atraiu haitianos por esses fatores, mas também se posicionou como uma estratégia regional no contexto da migração Sul-Sul. Como potência emergente, o país adotou uma postura ambivalente, combinando políticas humanitárias com interesses econômicos. A liderança na Minustah (2004-2017) foi parte de uma estratégia geopolítica para afirmar influência no Caribe e na América Latina, projetando o Brasil como ator humanitário e estabilizador. Essa imagem foi reforçada pelo visto humanitário de 2012, que posicionou o país como líder em acolhimento na região, distinguindo-o de nações mais restritivas. Audebert (2017) descreve o Brasil como um "hub migratório", redefinindo as geografias da diáspora haitiana e conectando-a a novos espaços sul-americanos, como Chile e Argentina, onde cerca de 10% dos haitianos seguiram (OIM, 2016).

Essa estratégia também envolveu uma articulação entre Estado e mercado. O governo facilitou o transporte de haitianos do Acre, ponto de entrada com 37.864 registros entre 2010 e

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

2015 (Seds; Sejudh, 2015), para polos industriais no Sul, atendendo à demanda de empresas como Aurora e BRF especialmente em Chapecó/SC. Fleck e Foreque (2015) relatam que cerca de 43.781 haitianos foram recebidos entre 2011 e 2015, muitos regularizados como residentes permanentes, o que reflete uma política de gestão migratória alinhada a interesses econômicos. Baeninger (2012) conceitua o Brasil como um "país trampolim", servindo como ponto de partida para migrações secundárias, o que amplia sua influência regional. Mamed (2018) crítica, porém, que essa estratégia resultou em superexploração, com acampamentos no Acre funcionando como "espaços de gerenciamento" para o capital, perpetuando precariedade.

Culturalmente, o Brasil explorou sua imagem de diversidade e inclusão, contrastando com a hostilidade em outros destinos, como a República Dominicana, onde haitianos enfrentam discriminação sistemática. Essa narrativa de acolhimento, embora idealizada, atraiu migrantes e reforçou a posição brasileira como polo Sul-Sul. Contudo, a estratégia enfrentou limitações, com políticas públicas insuficientes para integração de longo prazo, deixando muitos em uma "posição marginal" (Moreira, 2014). A combinação de soft power humanitário e hard power econômico posicionou o Brasil como um ator estratégico, mas também expôs contradições entre suas ideias e práticas.

A migração, em seu sentido amplo, reflete a capacidade humana de adaptação a mudanças adversas, sendo um fenômeno que transcende eras e continentes. Na antiguidade, migrações sazonais de caçadores-coletores deram lugar a deslocamentos mais permanentes com o surgimento da agricultura, enquanto as grandes navegações do século XV abriram rotas coloniais que moldaram fluxos modernos. O século XX adicionou camadas de complexidade, com deslocamentos forçados — categoria que inclui migrações motivadas por guerras, perseguições políticas, crises econômicas ou desastres naturais, em contraste com as migrações voluntárias, resultantes de decisões individuais em busca de melhores condições de vida (Castles & Miller, 2009). Esses eventos criaram um contexto de vulnerabilidade que impulsionou a migração Sul-Sul, distinguindo-a por sua natureza regional e autônoma. Hujo e Piper (2010) enfatizam que acordos como o Mercosul e a União Africana facilitam esses movimentos, enquanto a proximidade cultural reduz barreiras linguísticas e sociais.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

A migração Sul-Sul, nesse contexto, é um espelho das desigualdades globais, mas também de resiliência. Países como Brasil, África do Sul e Tailândia tornam-se destinos por combinarem crescimento econômico com políticas relativas abertas, ainda que imperfeitas. Moreira (2014) alerta que a transitoriedade dos estatutos cria uma camada de exclusão, enquanto Mamed (2018) conecta esses fluxos a dinâmicas capitalistas que precarizam o trabalho. Essa tensão entre agenda e estrutura define o campo da migração Sul-Sul, onde o Brasil emerge não apenas como destino, mas como ator estratégico em uma rede regional em transformação.

1.2. O terremoto de 2010 e a intensificação dos fluxos migratórios

O terremoto de 12 de janeiro de 2010, com magnitude 7 na escala Richter, marcou um ponto de inflexão na história do Haiti e desencadeou uma das maiores ondas migratórias já registradas na América Latina contemporânea. Com epicentro próximo a Porto Príncipe, a capital do país, o desastre natural deixou um saldo devastador, conforme estimativas da Cruz Vermelha Internacional e do governo haitiano (Francisco, 2015), mais de 200 mil mortes, cerca de 300 mil feridos e aproximadamente 1,5 milhão de desabrigados. Esse evento não apenas expôs as fragilidades estruturais de uma nação já marcada por pobreza extrema, instabilidade política e vulnerabilidade ambiental, mas também impulsionou um aumento significativo da migração haitiana, alterando os padrões de deslocamento populacional na região. Este subcapítulo analisa como o terremoto de 2010 foi o catalisador desse fenômeno, examinando seus impactos imediatos e os fatores que levaram milhares de haitianos a buscar novos destinos, com base em perspectivas teóricas como as de Baeninger (2014) e Almeida e Baeninger (s.d.) e outros.

Antes do terremoto, o Haiti já enfrentava desafios crônicos que estimulavam a emigração, especialmente para países como Estados Unidos, França, Canadá e territórios caribenhos, como a República Dominicana. Contudo, o evento de 2010 intensificou esses movimentos e os redirecionou, ampliando o alcance da diáspora haitiana. Audebert (2017) descreve o terremoto como um “estopim” que acelerou a saída de haitianos, transformando uma migração previamente limitada em um fluxo massivo e diversificado. A destruição de Porto Príncipe, onde cerca de 70% das edificações colapsaram, incluindo uma parte do Palácio Nacional e outras estruturas governamentais, evidenciou a incapacidade do Estado haitiano de responder à crise (Francisco, 2015). Esse colapso estrutural e institucional gerou uma situação de desespero que, segundo

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Baeninger (2014), pode ser compreendida como parte da "configuração de espaços da migração", nos quais os fluxos transnacionais emergem como resposta às condições extremas nas áreas de origem.

Os efeitos imediatos do terremoto foram catastróficos. A Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que três milhões de pessoas – cerca de um terço da população haitiana da época – foram diretamente impactadas pelo desastre. A infraestrutura do país entrou em colapso, com a destruição de aproximadamente 300 mil prédios, incluindo residências, escolas e hospitais, além da interrupção de serviços essenciais como água potável, eletricidade e saneamento básico (Mundo Educação, s.d.). A insegurança alimentar tornou-se endêmica, agravada pela perda de estoques agrícolas e pela interrupção das cadeias de distribuição. Nesse contexto, a migração emergiu como uma estratégia de sobrevivência para milhares de haitianos, que viram suas condições de vida reduzidas a escombros. Almeida e Baeninger (s.d., p. 24) destacam que tais deslocamentos refletem um "fato social completo", na esteira de Sayad (1998), integrando dimensões econômicas, sociais e emocionais que transcendem as fronteiras nacionais.

A magnitude da crise gerada pelo terremoto pode ser medida não apenas pelos danos materiais, mas também pelo impacto humano e social. Famílias foram separadas, comunidades inteiras foram dizimadas, e o tecido social haitiano foi profundamente abalado. Relatos da época, como os compilados por Francisco (2015), descrevem cenas de caos em Porto Príncipe, com corpos espalhados pelas ruas e sobreviventes vagando em busca de abrigo e comida. A falta de coordenação na resposta humanitária inicial, agravada pela destruição do porto e do aeroporto da capital, dificultou a chegada de ajuda internacional, prolongando o sofrimento da população. Esse cenário de desamparo empurrou os haitianos a buscar saídas além de suas fronteiras, configurando o que Baeninger (2014) identifica como uma migração vinculada às "transformações do capitalismo global", embora, no caso haitiano, o fator desencadeante tenha sido primordialmente classificado como uma catástrofe natural.

O aumento da migração haitiana pós-2010 não foi um fenômeno isolado, mas uma resposta direta às condições impostas pelo terremoto. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) indicam que, nos meses seguintes ao desastre, milhares de haitianos começaram a deixar o país, inicialmente em direção à República Dominicana, que compartilha a

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Ilha de Hispaniola com o Haiti , e posteriormente para destinos mais distantes na América Latina. A Ilha de Hispaniola é uma das maiores ilhas do Caribe e possui grande relevância histórica, geográfica e política. Localiza-se no arquipélago das Grandes Antilhas e é atualmente dividida entre dois países: o Haiti, que ocupa a porção Ocidental da Ilha, e a República Dominicana, situada na parte Oriental.

"Descoberta" por Cristóvão Colombo em sua primeira viagem às Américas em 1492, Hispaniola foi o primeiro território das Américas colonizado permanentemente pelos europeus. A Ilha tem um papel central nos primórdios da colonização espanhola e na exploração do continente americano (FERGUSON, 2008). O nome "Hispaniola" foi dado pelos espanhóis e significa "pequena Espanha", refletindo a tentativa de reproduzir estruturas europeias no Novo Mundo.

A divisão da Ilha entre duas nações com línguas, culturas e trajetórias históricas distintas é resultado de processos coloniais diferentes: enquanto a parte oriental permaneceu sob domínio espanhol até o século XIX, a parte ocidental foi colonizada pelos franceses, dando origem ao Haiti, que se tornou independente em 1804 após uma revolução liderada por escravizados africanos — sendo o primeiro país negro independente das Américas (DUBOIS, 2007).

A Ilha possui cerca de 76.000 km², sendo a República Dominicana responsável por aproximadamente dois terços da superfície, enquanto o Haiti ocupa um terço do território. Apesar de compartilharem a mesma Ilha, os dois países têm disparidades socioeconômicas marcantes, que frequentemente influenciam suas relações bilaterais e a dinâmica migratória na região. Parte que será abordado ao longo do estudo.

A proximidade geográfica com a República Dominicana facilitou os primeiros deslocamentos, mas a saturação desse destino e as condições adversas enfrentadas pelos migrantes – como discriminação e exploração – levaram à busca por outras alternativas. A América Latina, até então um destino secundário, passou a figurar como uma opção viável, marcando o início de um novo capítulo na diáspora haitiana (Audebert, 2017).

A devastação causada pelo terremoto também teve implicações demográficas e psicológicas que alimentaram a migração. A perda de familiares e a destruição de redes de apoio comunitário

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

deixaram muitos haitianos sem ancoragem social, enquanto a incerteza sobre o futuro do país minava qualquer perspectiva de reconstrução imediata. Segundo Francisco (2015), o Haiti já era o país mais pobre do Hemisfério Ocidental antes de 2010, com um PIB per capita inferior a 700 dólares e uma dependência crônica de ajuda externa. O terremoto agravou essa vulnerabilidade, reduzindo ainda mais as oportunidades de subsistência. Almeida e Baeninger (s.d.) argumentam que tais crises geram **"campos migratórios"**, conceito inspirado na noção de *campo social* de Pierre Bourdieu, que designa espaços sociais e geográficos interconectados, formados por redes familiares, comunitárias e institucionais que articulam os lugares de origem, trânsito e destino. Esses campos migratórios são dinâmicos e desiguais, refletindo tanto os fatores de expulsão – como a destruição física e social – quanto as dinâmicas de poder e resistência que orientam a mobilidade no Sul Global.

A escala do aumento migratório pode ser percebida em números preliminares. Embora os dados exatos sejam difíceis de consolidar devido à informalidade de muitos deslocamentos, estimativas apontam que, entre 2010 e 2012, dezenas de milhares de haitianos deixaram o país, um volume significativamente maior que nos anos anteriores (Mundo Educação, s.d.). Esse fluxo foi impulsionado não apenas pela destruição imediata, mas também pela percepção de que o Haiti levaria décadas para se recuperar. A ajuda internacional, embora significativa – com mais de 13 bilhões de dólares prometidos em doações –, foi insuficiente para reverter o quadro de miséria, e grande parte dos recursos foi mal gerida ou desviada, conforme denúncias de organizações como a Oxfam (EL PAÍS Brasil, 2021).

A frase "A ajuda internacional, embora significativa – com mais de 13 bilhões de dólares prometidos em doações" sugere um esforço robusto da comunidade internacional para apoiar o Haiti após o terremoto de 2010, o evento que devastou o país e desencadeou uma onda migratória sem precedentes. Contudo, uma análise revela que essa quantia, embora teoricamente suficiente para impulsionar o desenvolvimento haitiano, foi mal administrada e, em grande parte, utilizada como ferramenta de propaganda pelos doadores, sem chegar às mãos certas para promover uma recuperação efetiva. Essa falha estrutural contribuiu para a persistência das condições que forçaram milhares de haitianos a emigrar.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

O montante de 13 bilhões de dólares, prometido em conferências de doadores após o terremoto que destruiu 67% do PIB haitiano, representava uma oportunidade única para reconstruir o país. No entanto, como destaca Figueras, "a pesar de la abundancia de ayuda, ésta no ha logrado alcanzar los objetivos de reducción de la pobreza y promoción del desarrollo económico y social en Haití" (Figueras, 2024, p. 53). Uma das razões centrais foi a má administração: em vez de ser direcionada a instituições haitianas capazes de priorizar as necessidades locais, a ajuda foi canalizada majoritariamente por ONGs e empresas privadas estrangeiras, muitas vezes mais preocupadas em promover suas próprias agendas. A autora aponta que ("la opacidad y falta de responsabilidad mútua") caracterizaram essa distribuição, evidenciando que o dinheiro não caiu nas mãos certas – ou seja, nas mãos do governo haitiano ou das comunidades afetadas, e mesmo quando os fundos internacionais são efetivamente direcionados ao governo haitiano, há fortes indícios de que esses recursos podem não beneficiar diretamente a população afetada.

A história recente do país é marcada por episódios em que a ajuda humanitária foi mal gerida ou desviada por setores do próprio governo. Um exemplo emblemático ocorreu após o furacão Jeanne (siklòn Jan), em 2004, quando mais de 1.900 pessoas morreram e a cidade de Gonaïves foi devastada. Apesar da assistência financeira internacional recebida na época, auditorias e reportagens revelaram que parte desses fundos foi desviada por autoridades haitianas, sem chegar às populações em situação de maior vulnerabilidade (SCHULLER, 2016).

Além disso, como documenta Paul Farmer (2011), fundador da organização "*Partners In Health"* é um dos principais estudiosos da resposta internacional ao terremoto de 2010, o governo haitiano já demonstrava sérias limitações administrativas e estruturais antes mesmo do desastre, o que contribuiu para a má gestão da ajuda externa. Farmer observa que a ausência de mecanismos de transparência e prestação de contas fragilizou ainda mais a capacidade estatal de canalizar recursos de maneira eficaz para reconstruir as comunidades atingidas.

Tais casos reforçam a crítica de que, mesmo quando os recursos caem nas mãos do Estado haitiano, a falta de controle, fiscalização e comprometimento com a população local pode levar ao desperdício ou à má aplicação dos fundos. Assim, o problema da ineficácia da ajuda humanitária em Haiti não se restringe apenas à sua terceirização para ONGs estrangeiras, mas

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

também à fragilidade das instituições locais, muitas vezes permeadas por redes clientelistas e práticas de corrupção (PÉAN, 2010).

Essa má gestão transformou a ajuda em um instrumento de autopromoção para os doadores. A tese observa que "la falta de coordinación entre los donantes" (Figueras, 2024) resultou em projetos fragmentados, muitas vezes exibidos como vitrines de sucesso em relatórios internacionais, mas com impacto limitado no terreno. William Easterly, citado por Figueras, argumenta que "cada organismo actúa como un ente autónomo que responde solo ante sus responsables" (2024, p. 10), sugerindo que a prioridade era a visibilidade dos doadores, não o desenvolvimento sustentável do Haiti. Assim, os 13 bilhões prometidos tornaram-se mais um símbolo de propaganda global do que uma solução concreta, enquanto as condições de miséria persistem, empurrando a população à migração.

A ausência de controle local sobre esses recursos agravou o problema. Figueras destaca que "la incapacidad de las organizaciones internacionales para canalizar la ayuda a través de actores locales e instituciones haitianas ha resultado en que Haití dependa en gran medida de esta cooperación internacional" (2024, p. 55). Em 2010, o Haiti tinha potencial para usar esses fundos em infraestrutura, agricultura ou geração de empregos, mas a falta de liderança nacional na gestão da ajuda – somada à corrupção e à desconfiança dos doadores no governo haitiano – fez com que o dinheiro fosse desviado ou mal aplicado. O resultado foi um país que, apesar do influxo financeiro, permaneceu em escombros, incapaz de reter sua população.

Portanto, os 13 bilhões de dólares, embora significativos, não se traduziram em desenvolvimento porque foram usados mais para projetar uma imagem de solidariedade internacional do que para atender às necessidades reais do Haiti. Esse descompasso entre promessa e execução reforça a ideia de que a ajuda, ao não chegar às mãos certas, falhou em conter a crise migratória pós-2010, deixando os haitianos sem alternativa além da saída.

O terremoto de 2010 também revelou a interconexão entre desastres naturais e mobilidade humana, um tema abordado por Baeninger (2014) ao discutir os “desafios para uma agenda de pesquisa” em migrações internacionais. A autora destaca que os fluxos migratórios contemporâneos frequentemente emergem de crises ambientais e humanitárias, desafiando as categorias tradicionais de análise. No caso haitiano, o desastre não apenas forçou deslocamentos

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

internos – com cerca de 600 mil pessoas deixando Porto Príncipe rumo ao interior nos primeiros meses –, mas também catalisou movimentos transnacionais de maior alcance. Cabe destacar que antes do terremoto, o Haiti já apresentava indicadores socioeconômicos preocupantes, com cerca de 80% da população vivendo abaixo da linha da pobreza e 70% enfrentando desemprego. A infraestrutura de serviços básicos era precária, e a concentração de recursos na capital deixava as cidades do interior desprovidas de capacidade para atender as demandas emergenciais. O desastre natural intensificou essas fragilidades, resultando em deslocamentos internos que sobrecarregam as já limitadas estruturas urbanas das cidades menores (Moraes et al., 2013).

Além disso, o êxodo rural prévio ao terremoto já havia pressionado as cidades, especialmente Porto Príncipe, devido à degradação ambiental e à diminuição da produtividade agrícola. O desmatamento extensivo e a vulnerabilidade a desastres naturais contribuíram para a migração do campo para a cidade, criando um ciclo de urbanização desordenada e aumento da pobreza urbana (Moraes et al., 2013). A incapacidade do governo haitiano em coordenar eficazmente a reconstrução pós-desastre, aliada à deterioração contínua das condições de vida, transformou a migração em uma resposta coletiva à tragédia. A falta de recursos e a fragilidade institucional dificultaram a implementação de políticas públicas eficazes para atender às necessidades dos deslocados internos, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos ambientais quanto os socioeconômicos na gestão de desastres e mobilidade humana (Moraes et al., 2013).

Nesse contexto, a diversidade dos destinos escolhidos pelos haitianos após 2010 reflete a complexidade desse aumento migratório. Embora a América do Norte continuasse sendo um objetivo de longo prazo para muitos, barreiras como políticas migratórias restritivas nos Estados Unidos e no Canadá redirecionaram os fluxos para a América Latina. Isso porque, muitas vezes, a força da moeda e as perspectivas econômicas determinam onde o migrante deposita suas expectativas de futuro. Países como Brasil e Chile emergiram como alternativas viáveis, não apenas por apresentarem condições econômicas relativamente melhores em comparação ao Haiti, mas também por adotarem, naquele momento, políticas de recepção mais flexíveis. O Brasil, por exemplo, tornou-se um destino importante após a criação do visto humanitário em 2012, facilitando a entrada de haitianos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida (Baeninger; Peres, 2017).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Esse redirecionamento migratório evidencia como as dinâmicas regionais, aliadas a fatores econômicos e políticos globais, influenciam a rota dos deslocamentos humanos. Para muitos haitianos, a América Latina representava não apenas um refúgio imediato, mas uma estratégia de sobrevivência diante da estagnação econômica e da falência das estruturas institucionais no país de origem. A escolha por destinos como o Brasil também se relaciona com a percepção de um país em crescimento à época, sede de grandes eventos internacionais e com demanda por mão de obra. No entanto, com o passar dos anos e diante da crise econômica brasileira e do endurecimento das políticas migratórias em outros países latino-americanos, essa mobilidade passou a ser marcada por incertezas e novas formas de vulnerabilidade (Cano; Soares, 2018). Países como Brasil e Chile começaram a registrar a chegada de haitianos em números inéditos, um fenômeno que Almeida e Baeninger (s.d.) associam às "modalidades migratórias" contemporâneas, marcadas pela interação entre fatores de crise e redes transnacionais emergentes. O terremoto, portanto, não apenas destruiu o Haiti fisicamente, mas também reconfigurou sua relação com o mundo, projetando sua população em direções antes que estavam sendo pouco exploradas.

Em síntese, o terremoto de 2010 foi o evento central que impulsionou o aumento da migração haitiana, funcionando como um catalisador de deslocamentos em escala e intensidade sem precedentes. A destruição de Porto Príncipe e a desestruturação do país criaram um cenário em que a saída tornou-se a única opção viável para milhares de pessoas. Baeninger (2014) enfatiza que tais movimentos estão inseridos em uma dinâmica mais ampla de reestruturação global, mas, no contexto haitiano, foi a ruptura abrupta causada pelo desastre que deu o tom do êxodo. Almeida e Baeninger (s.d.) complementam ao sugerir que esses fluxos desafiam as tipologias tradicionais, exigindo uma compreensão que contemple a interseção entre catástrofe, vulnerabilidade histórica e aspirações de sobrevivência. Assim, o terremoto de 2010 não apenas redesenhou o mapa físico do Haiti, mas também redefiniu os caminhos de sua gente, marcando o início de uma nova fase na diáspora haitiana.

1.3. Fatores estruturais e conjunturais da diáspora haitiana

Antes de adentrar a análise deste subcapítulo, cabe destacar o que se entende por "**Diáspora**" no contexto Haitiano. O termo tem origem no grego *diaspeirein* (dispersar),

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

historicamente associado à experiência do povo judeu, que foi expulso de sua terra natal e espalhado por diferentes regiões do mundo. Durante muito tempo, a noção de diáspora permaneceu restrita a esse campo semântico religioso, vinculado à ideia de exílio, perda da pátria e esperança de retorno. William Safran (1991) define o termo, explicando que :

> *" A Diáspora é uma comunidade étnica que se caracteriza por uma dispersão de um centro original para duas ou mais regiões estrangeiras; uma memória ou mito coletivo sobre a pátria original; uma alienação na terra de acolhimento; um desejo de retorno à pátria; um compromisso contínuo com a manutenção ou restauração da pátria; e uma relação coletiva e individual significativa com a pátria." (Safran, 1991, p. 83-84)*[2] *Tradução própria*

Portanto o conceito **"diáspora"** no caso haitiano não pode ser reduzido apenas à dispersão geográfica, como coloca William Safran (1991), mas deve ser entendido como uma categoria social e cultural que estrutura tanto as práticas cotidianas quanto a própria autopercepção da comunidade haitiana. Safran descreve a diáspora como marcada pela dispersão a partir de um centro original, pela manutenção da memória da pátria e por um desejo latente de retorno. No entanto, no caso haitiano, essa definição se expande e adquire contornos específicos: mais do que uma lembrança ou mito de origem, a diáspora organiza concretamente as relações sociais, econômicas e simbólicas entre o "aqui" (Haiti) e o "lá" (exterior).

Como mostra Joseph (2015) a diáspora é um termo vivo no cotidiano haitiano, não apenas uma categoria acadêmica. Ele é mobilizado para qualificar pessoas ("um diáspora" é aquele que retorna do exterior), práticas (remessas, viagens, compras), objetos (casas construídas no Haiti com dinheiro enviado do exterior) e até moedas estrangeiras, como dólar ou euro. Assim, o conceito ultrapassa a experiência individual de migração e se converte em uma gramática social que distingue o interno do externo, ao mesmo tempo em que os conecta. Nesse

---

[2] *"A 'diaspora' is an ethnic minority group of migrant origin which maintains sentimental or material links with its homeland; the location of the homeland being the 'center' and the locations of the ethnic communities being the 'periphery'; a group which, to some degree or another, maintains a myth or collective memory of the homeland; which is to some degree alienated or estranged from the host society; which thinks of return to the homeland as desirable, even if not actually feasible; and which continues to relate, personally or vicariously, to the homeland in a way that involves an active element of mythologizing, romancing, and sometimes politicizing of the relationship." (Safran, 1991, p. 83-84)*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

sentido, a diáspora é parte constitutiva da vida haitiana: cria um espaço transnacional em que os haitianos vivem simultaneamente no Haiti e fora dele, organizando fluxos materiais e simbólicos.

Do ponto de vista econômico, essa rede transnacional é vital: antes mesmo do terremoto de 2010, as remessas da diáspora representavam cerca de 20% do PIB, mostrando que a sobrevivência de milhares de famílias haitianas dependiam dessa circulação monetária. Estima-se que entre 4 e 5 milhões de haitianos residam no exterior, reforçando a ideia de que a diáspora não é apenas "parte" do Haiti, mas um prolongamento de sua sociedade. As visitas regulares de centenas de milhares de haitianos à Ilha mantêm vivos os vínculos afetivos, culturais e religiosos, ao mesmo tempo em que reafirmam o pertencimento à comunidade nacional, ainda que fragmentada geograficamente.

Por outro lado, a experiência da diáspora haitiana também dialoga com a visão de Stuart Hall (1990), que entende a diáspora como um espaço de deslocamento cultural e de criação de identidades híbridas. Ao viverem em sociedades como Brasil, Canadá, Estados Unidos ou França, os haitianos não apenas reproduzem práticas culturais da Ilha, mas também criam formas novas de pertencimento, como as festas religiosas realizadas em São Paulo ou a adaptação de tradições do vodu em contextos migratórios. Nesse sentido, a diáspora haitiana exemplifica o que Hall chama de "viver entre culturas", isto é, a formação de identidades múltiplas e híbridas que não se reduzem ao pertencimento exclusivo a uma nação.

Esse fenômeno cresceu muito após o terremoto de 2010, que mudou a realidade de milhares de haitianos e os levou a migrar para países como Brasil, Chile e República Dominicana. Para entender por que tantos haitianos saíram de seu país, precisamos olhar para dois tipos de fatores: os estruturais, que são problemas antigos, como pobreza, racismo e instabilidade política, enraizados na história do Haiti, e os conjunturais, que são eventos específicos, como desastres naturais ou crises políticas, que aceleram a migração. Usando as ideias do sociólogo Aníbal Quijano, que explica como o colonialismo criou a **colonialidade do poder** – um sistema de desigualdades que ainda molda o mundo –, este tópico mostra como esses fatores se conectam, com destaque para a divisão racial dentro do Haiti, onde a elite mulata mantém mais poder aquisitivo e influência, mesmo quando presidentes não mulatos estão no

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

poder. Tudo isso é explicado de forma clara e simples, para que qualquer pessoa possa entender por que os haitianos buscam novos caminhos na América Latina.

O Haiti carrega uma história pesada, que começa com o colonialismo. No século XVIII, quando era a colônia francesa de Saint-Domingue, o Haiti produzia açúcar e café com o trabalho de pessoas escravizadas trazidas da África. Em 1804, a revolução haitiana, liderada por escravizados e ex escravizados, tornou o Haiti a primeira nação negra independente das Américas e do mundo. Foi uma conquista histórica, mas veio com um custo enorme. A França exigiu uma dívida de 150 milhões de francos como "compensação" pela perda da colônia. Paga por mais de um século, essa dívida tirou recursos que poderiam ter construído escolas, hospitais e estradas, deixando o país preso a uma economia frágil (Dubois, 2007). Aníbal Quijano chama de colonialidade do poder, um sistema em que as desigualdades do colonialismo continuam, mesmo após a independência. No Haiti, a dívida francesa é um exemplo claro: ela manteve o país dependente e pobre, empurrando muitos haitianos a migrar (Quijano, 2000). Além disso, potências como Estados Unidos e Europa isolaram o Haiti após 1804, temendo que sua revolução inspirasse revoltas em outros lugares. Esse isolamento limitou o comércio e o crescimento, reforçando a pobreza como um fator estrutural da diáspora (Joseph, 2015).

Dentro do Haiti, a colonialidade do poder também criou uma divisão racial que molda a sociedade até hoje. Durante o período colonial, os franceses estabeleceram uma hierarquia onde os mulatos – filhos de europeus e africanos – tinham mais privilégios que os negros escravizados. Após a independência, essa elite mulata, que muitas vezes controlava terras e comércios, manteve maior poder aquisitivo e influência social. Mesmo com presidentes não mulatos no poder, como foi comum em vários momentos da história haitiana, a elite mulata continuou dominando a economia e as decisões importantes, perpetuando desigualdades (Quijano, 2000). Por exemplo, enquanto a maioria da população negra vive na pobreza, os mulatos frequentemente têm acesso a melhores escolas e negócios, criando uma barreira interna que limita as oportunidades para os não mulatos. Essa divisão racial, herdada do colonialismo, faz com que muitos haitianos negros, sem acesso a recursos, vejam a migração como uma forma de escapar da exclusão (Martínez, 2011).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

A pobreza extrema é outro fator estrutural que explica a diáspora. Antes do terremoto de 2010, cerca de 80% dos haitianos viviam com menos de dois dólares por dia, e o país tinha um dos menores índices de desenvolvimento do mundo, com um PIB per capita de menos de 700 dólares (Francisco, 2015). Isso significa que muitas famílias não tinham acesso a comida suficiente, água limpa ou médicos. Essa falta de oportunidades faz da migração uma questão de sobrevivência. Para Quijano, essa pobreza é parte da colonialidade, porque o Haiti foi colocado numa posição subordinada no sistema econômico global, onde países do Sul têm menos acesso a recursos (Quijano, 2000). Muitas crianças não vão à escola porque precisam trabalhar, e os adultos sobrevivem de empregos informais, como vender comida nas ruas, sem segurança ou direitos (Baeninger et al., 2016). Essa realidade, agravada pela divisão racial interna, torna a migração quase uma necessidade.

O racismo estrutural também impulsiona a diáspora. Quijano explica que o colonialismo criou uma hierarquia racial, onde povos não europeus, como os haitianos, são vistos como inferiores. Na República Dominicana, que divide a Ilha de Hispaniola com o Haiti, os haitianos enfrentam discriminação há séculos. Eles são chamados de “intrusos” e têm dificuldade para conseguir cidadania ou empregos dignos, mesmo nascendo lá (Martínez, 2011). No Haiti, a elite mulata, como dito, mantém privilégios que excluem a maioria negra, reforçando a ideia de que a cor da pele determina oportunidades. Esse racismo, interno e externo, faz com que muitos haitianos busquem destinos como Brasil ou Chile, onde esperam encontrar menos preconceito. Mas, no sistema global descrito por Quijano, os haitianos também enfrentam barreiras em países ricos, como os Estados Unidos, onde políticas migratórias restritivas dificultam sua entrada (Audebert, 2017). A colonialidade do poder, portanto, limita tanto a vida no Haiti quanto às opções de migração.

A instabilidade política é outro problema antigo. Desde a independência, o Haiti enfrentou governos autoritários, como a ditadura dos Duvalier (1957-1986), que usou violência para se manter no poder, e sucessivos golpes de estado. Essas crises enfraqueceram o governo, que não conseguiu criar políticas para melhorar a vida da população (James, 2010). Intervenções estrangeiras, como a ocupação dos Estados Unidos (1915-1934) e a missão da ONU, chamada Minustah (2004-2017), liderada pelo Brasil, também prejudicaram. Embora a Minustah tenha sido enviada para trazer paz, ela foi criticada por abusos e por não resolver os problemas de

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

fundo do país (Joseph, 2017). Para Quijano, essas intervenções são parte da colonialidade, porque países poderosos controlam nações mais frágeis, como o Haiti, mantendo-as dependentes (Quijano, 2000). Mesmo com presidentes não mulatos no poder, a elite mulata mantém influência, limitando mudanças estruturais que poderiam beneficiar a maioria negra. Sem um governo forte, muitos haitianos perdem a esperança e decidem migrar.

O meio ambiente também contribui para a migração. O Haiti perdeu mais de 90% de suas florestas por causa do desmatamento, usado para produzir carvão e abrir terras para agricultura. Isso destruiu solos férteis, dificultando a produção de alimentos, e aumentou o risco de desastres, como enchentes e deslizamentos (Moraes et al., 2013). Quando chove forte, comunidades inteiras ficam isoladas, e muitas famílias perdem suas casas, o que as força a migrar, primeiro para cidades como Porto Príncipe e, depois, para outros países. A dependência de remessas é outro fator importante. Antes de 2010, o dinheiro enviado por migrantes representava cerca de 20% do PIB do Haiti (Magalhães, 2014). Para muitas famílias, esse dinheiro paga comida, escola ou aluguel. Mas isso cria um ciclo: como o Haiti tem poucos empregos, as pessoas migram para enviar dinheiro, e as famílias dependem cada vez mais dessas remessas, reforçando a migração como uma necessidade.

Os fatores conjunturais são eventos que aceleram a migração, como uma faísca que acende um fogo. O principal é o terremoto de 12 de janeiro de 2010, com magnitude 7 na escala Richter, que destruiu Porto Príncipe. Cerca de 70% dos prédios da capital, incluindo casas, escolas e o Palácio Nacional, viraram escombros. Estima-se que entre 230 mil e 300 mil pessoas morreram, 300 mil ficaram feridas e 1,5 milhão perderam suas casas (Francisco, 2015). Imagine famílias dormindo nas ruas, sem comida ou água, em meio ao caos. O terremoto revelou a fragilidade do Haiti, agravada pela colonialidade do poder. Como explica Quijano, países como o Haiti, subordinados no sistema global, têm menos recursos para enfrentar desastres (Quijano, 2000). A pobreza extrema, intensificada pela exclusão da maioria negra frente à elite mulata, piorou o impacto. Nos meses seguintes, cerca de 600 mil pessoas deixaram Porto Príncipe para o interior, mas, sem condições de vida, muitas cruzaram fronteiras (Audebert, 2017). A ajuda internacional, que prometeu 13 bilhões de dólares, foi mal gerida, com grande parte desviada por ONGs ou autoridades, sem chegar às vítimas (Figueras, 2024). Isso transformou a migração numa questão de sobrevivência.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Além do terremoto, outras crises pioraram a situação. A instabilidade política continuou, com protestos, o assassinato do presidente Jovenel Moïse em 2021 e a violência de gangues, que controlam partes do Haiti. A pandemia de COVID-19 fechou escolas e acabou com empregos informais, enquanto um novo terremoto em 2021 (magnitude 7.2) trouxe mais destruição (Audebert, 2017). Essas crises deixaram os haitianos sem segurança ou esperança no país. Outro fator conjuntural é o fechamento de portas no Norte global. Antes de 2010, muitos haitianos migravam para os Estados Unidos, Canadá ou França. Após o terremoto, esses países adotaram políticas mais rígidas, como vistos difíceis de conseguir, bloqueando muitos migrantes (Audebert, 2017). Para Quijano, isso reflete a colonialidade, que mantém povos do Sul excluídos dos centros de poder. Com essas barreiras, países da América Latina, como Brasil e Chile, tornaram-se alternativas.

O terremoto de 2010 mudou o destino dos haitianos, criando a chamada migração Sul-Sul, ou seja, movimentos entre países em desenvolvimento (Audebert, 2017). No Brasil, a migração cresceu após 2012, com o visto humanitário, que permitiu a entrada legal de milhares de haitianos. O Brasil, em um momento de crescimento econômico, precisava de trabalhadores para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, atraindo haitianos para a construção civil (Baeninger et al., 2016). A Minustah, liderada pelo Brasil, também criou uma imagem positiva do país (Pachi, 2021). No Chile, a estabilidade econômica e as redes de migrantes em cidades como Santiago atraíram haitianos para trabalhar em serviços e comércio. Na República Dominicana, a migração é antiga, mas marcada por discriminação, o que leva muitos a buscar outros destinos (Martínez, 2011). Essas redes de migrantes, como familiares que ajudam os recém-chegados, são essenciais, mas os haitianos ainda enfrentam desafios, como aprender a língua e superar preconceitos (Joseph, 2017).

Os fatores estruturais e conjunturais se combinam para explicar a diáspora haitiana. A colonialidade do poder, como descrita por Quijano, criou desigualdades que mantêm o Haiti pobre e instável, com a elite mulata dominando recursos mesmo sob governos não mulatos (Quijano, 2000). A pobreza, o racismo e a instabilidade política tornam a vida no Haiti difícil. O terremoto de 2010 e as crises recentes foram como um empurrão final, forçando milhares a sair. Como dizem Castles e Miller (2014), as migrações são movidas por “expulsão” (crises no Haiti) e “atração” (oportunidades no Brasil e Chile). A má gestão da ajuda internacional após o

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

terremoto reforça essa dinâmica, mostrando como a colonialidade continua limitando o Haiti (Figueras, 2024). A migração Sul-Sul reflete tanto as barreiras do Norte global quanto as novas oportunidades na América Latina.

A diáspora haitiana é resultado de problemas profundos, como a colonialidade do poder, a pobreza, o racismo e a instabilidade, agravados por crises como o terremoto de 2010. A divisão racial interna, com a elite mulata mantendo poder aquisitivo e influência, reforça as desigualdades que empurram os haitianos, especialmente os negros, a migrar. Esses fatores levaram milhares a buscar refúgio na América Latina, especialmente no Brasil, Chile e República Dominicana, formando um sistema migratório Sul-Sul. Entender essas causas, com a lente de Quijano, ajuda a ver como a história colonial ainda molda o presente, tema que será aprofundado nos próximos capítulos. A história dos haitianos mostra que a migração é mais do que uma mudança de lugar: é uma busca por dignidade e esperança em meio a desafios enormes.

1.4. Impactos regionais da migração haitiana

A migração haitiana para a América Latina, desencadeada com particular intensidade após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, marcou profundamente as dinâmicas regionais em países como Brasil, Chile e República Dominicana, gerando impactos que atravessam as esferas econômica, social, cultural e institucional. Esse movimento, impulsionado pela devastação do desastre natural e agravado pelas vulnerabilidades históricas do Haiti, como pobreza extrema, instabilidade política e desigualdades estruturais, reconfigurou os contextos de recepção, desafiando as capacidades dos Estados e das sociedades de acolhimento. A chegada de milhares de haitianos não apenas trouxe contribuições significativas, como mão de obra e diversidade cultural, mas também expôs tensões sociais, limitações institucionais e a persistência de hierarquias raciais e econômicas, descritas por Quijano (2000) como colonialidade do poder. Este estudo, fundamentado em referenciais teóricos como Castles e Miller (2003), Baeninger e Peres (2017), Martínez e Orrego (2019) e Ferguson (2003), analisa de forma comparativa os impactos da migração haitiana nesses três países, destacando as particularidades de cada contexto e as implicações para a governança migratória no cenário da migração Sul-Sul. A análise revela um panorama complexo, no qual benefícios e desafios se entrelaçam, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e enfrentem desigualdades estruturais.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

No Brasil, a migração haitiana ganhou escala significativa a partir de 2012, quando o governo brasileiro, por meio da Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração, instituiu o visto humanitário como resposta à crise humanitária no Haiti. Esse mecanismo permitiu a regularização de aproximadamente 43 mil haitianos entre 2012 e 2016, segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2017), possibilitando a entrada legal de migrantes que buscavam melhores condições de vida. Economicamente, os haitianos preencheram lacunas no mercado de trabalho, especialmente em setores intensivos em mão de obra, como a construção civil, a agroindústria e os serviços. Em estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, migrantes foram absorvidos em frigoríficos, canteiros de obras e fábricas têxteis, contribuindo para o dinamismo econômico em um período de crescimento associado à preparação para megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Por exemplo, em cidades como Chapecó (SC), haitianos representaram uma parcela significativa da força de trabalho em frigoríficos, atendendo à demanda por trabalhadores em condições muitas vezes precárias (Baeninger et al., 2016). No entanto, a integração econômica foi marcada por desafios estruturais. A maioria dos haitianos permaneceu em empregos informais ou subalternos, com salários médios inferiores aos dos trabalhadores brasileiros em funções similares. Cano e Soares (2018) apontam que, em 2015, cerca de 60% dos haitianos no Brasil estavam em ocupações informais, enfrentando jornadas longas, falta de direitos trabalhistas e discriminação no ambiente de trabalho. Além disso, a concentração inicial de migrantes em cidades fronteiriças, como Brasileia e Epitaciolândia no Acre, gerou pressões sobre serviços públicos locais, como saúde, habitação e educação, antes que programas de interiorização, promovidos pelo governo federal em parceria com organizações não governamentais, redistribuíssem parte dessa população para centros urbanos maiores. Esses programas, embora bem-intencionados, enfrentaram limitações logísticas e financeiras, dificultando a integração plena dos migrantes em novos contextos.

Na esfera social e cultural, a presença haitiana enriqueceu o tecido social brasileiro, introduzindo elementos culturais que fortaleceram a diversidade em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus. Comunidades haitianas estabeleceram associações, como a União Social dos Imigrantes Haitianos em São Paulo, que organizam eventos culturais, feiras gastronômicas com pratos típicos, como o *griot* (porco frito) e o *diri ak djondjon* (arroz com

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

cogumelos secos), e celebrações religiosas que misturam práticas católicas e vodú. Essas iniciativas não apenas preservaram a identidade haitiana, mas também promoveram o diálogo intercultural. Contudo, a integração social enfrentou barreiras significativas. A língua foi um obstáculo central: o crioulo haitiano e o francês, idiomas predominantes entre os migrantes, contrastam com o português, dificultando a comunicação em escolas, hospitais e locais de trabalho. Estudos de Pachi (2021) indicam que a ausência de programas nacionais de ensino de português para migrantes limitou o acesso à educação e ao mercado de trabalho formal. Além disso, o racismo estrutural, enraizado na sociedade brasileira, emergiu como um desafio persistente. Haitianos frequentemente enfrentam discriminação em espaços públicos, como transporte e comércio, sendo estereotipados como pobres ou associados à criminalidade. Baeninger et al. (2016) relatam casos de migrantes que sofreram preconceito em entrevistas de emprego devido à sua origem ou aparência, o que reforça a marginalização de uma população já vulnerabilizada. Essa dinâmica reflete a colonialidade do poder descrita por Quijano (2000), na qual populações racializadas, como os haitianos, são sistematicamente subordinadas em estruturas sociais marcadas por hierarquias coloniais.

No Chile, a migração haitiana adquiriu relevância a partir de 2015, quando o país se tornou um dos principais destinos na América Latina, atraindo migrantes pela estabilidade econômica e pelas redes migratórias já estabelecidas em cidades como Santiago e Quilicura. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018) estimam que, até 2018, cerca de 180 mil haitianos viviam no Chile, representando aproximadamente 14% da população migrante do país. Economicamente, os haitianos contribuíram para setores como comércio, serviços domésticos, construção e agricultura, preenchendo vagas em ocupações que exigiam mão de obra intensiva. Em Santiago, por exemplo, migrantes abriram pequenos negócios, como barbearias, restaurantes e lojas de produtos caribenhos, que não apenas atenderam às comunidades haitianas, mas também dinamizaram a economia local. Martínez e Orrego (2019) destacam que a chegada dos haitianos coincidiu com um período de crescimento econômico, no qual o Chile registrava taxas de desemprego inferiores a 7%, o que facilitou a absorção inicial dessa força de trabalho.

No entanto, o aumento rápido da população migrante gerou tensões econômicas e sociais. A partir de 2017, setores da sociedade chilena começaram a associar os haitianos a pressões

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

sobre o mercado de trabalho, especialmente em ocupações de baixa qualificação, onde competiam com trabalhadores locais. Essa percepção, embora não sustentada por evidências robustas, alimentou discursos xenófobos que vinculavam a migração ao aumento da criminalidade e à sobrecarga de serviços públicos, como saúde e habitação. A resposta institucional a essas tensões foi o endurecimento das políticas migratórias, com a introdução do visto consular em 2018 e, posteriormente, a Lei nº 21.325 de 2021, que impôs requisitos mais rígidos para entrada e permanência. Essas medidas restringiram o acesso de novos migrantes ao mercado de trabalho formal, aumentando a vulnerabilidade daqueles que já estavam no país.

Socialmente, a migração haitiana transformou a paisagem cultural chilena, introduzindo práticas religiosas, como igrejas evangélicas frequentadas por comunidades haitianas, e manifestações culturais, como festivais de música e dança que celebram a herança caribenha. Em Quilicura, por exemplo, eventos comunitários organizados por migrantes haitianos atraíram a participação de chilenos, promovendo momentos de integração cultural. No entanto, a barreira linguística, com o espanhol como idioma dominante, dificultou a inserção dos haitianos em espaços educacionais e laborais. Além disso, a rápida transformação demográfica – com a população migrante passando de 1,1% em 2010 para 6,6% em 2018 (OIM, 2018) – desafiou a sociedade chilena a lidar com a diversidade em um contexto historicamente homogêneo. Martínez e Orrego (2019) relatam o crescimento de narrativas xenófobas, especialmente em redes sociais, que estigmatizavam os haitianos como uma ameaça à identidade nacional. Essas tensões revelam os limites da aceitação social em um país que, até recentemente, tinha pouca experiência com fluxos migratórios de grande escala. A colonialidade do poder (Quijano, 2000) também se manifesta no Chile, onde os haitianos, enquanto população racializada, enfrentam discriminação que reforça sua exclusão social, mesmo em um contexto de contribuições econômicas significativas.

Na República Dominicana, os impactos da migração haitiana são profundamente moldados por uma história de tensões raciais e disputas territoriais que remontam à divisão da ilha de Hispaniola entre colonizadores franceses e espanhóis no século XVII. A migração haitiana para o país é um fenômeno de longa data, mas foi intensificada após o terremoto de 2010, quando milhares de haitianos cruzaram a fronteira em busca de trabalho e segurança. Economicamente, os haitianos são fundamentais para a economia dominicana, especialmente no

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

setor agrícola, onde representam a maioria da força de trabalho na colheita de cana-de-açúcar, e na construção civil, ocupando posições marcadas por condições precárias.

Ferguson (2003) estima que, em 2010, cerca de 500 mil haitianos viviam na República Dominicana, muitos em situação irregular, enfrentando salários até 50% inferiores aos dos trabalhadores dominicanos em funções similares. Essa dependência econômica coexiste com políticas de exclusão que limitam os benefícios para os migrantes. Por exemplo, muitos trabalham em *bateyes* (comunidades rurais associadas às plantações de cana), vivendo em condições insalubres, sem acesso a saneamento básico ou moradia digna. Socialmente, a integração é praticamente inexistente devido ao racismo anti-haitiano, que permeia tanto as instituições quanto a sociedade. A decisão do Tribunal Constitucional em 2013 (TC/0168/13), que negou cidadania a dezenas de milhares de descendentes de haitianos nascidos na República Dominicana, é um marco dessa exclusão, resultando em apatridia para cerca de 200 mil pessoas (Wooding; Moseley-Williams, 2004).

Essa medida, justificada por narrativas nacionalistas que constroem o haitiano como uma ameaça à identidade dominicana, intensificou a marginalização, limitando o acesso à educação, saúde e registro civil. Culturalmente, a proximidade geográfica e histórica entre Haiti e República Dominicana, que compartilham a ilha de Hispaniola, não se traduziu em integração, mas em tensões agravadas por episódios históricos, como o massacre de Parsley(Masacre del Perejil) em 1937, no qual milhares de haitianos foram mortos sob ordens do ditador Rafael Trujillo. Essas dinâmicas refletem a colonialidade do poder (Quijano, 2000), na qual hierarquias raciais herdadas do colonialismo continuam a estruturar as relações entre os dois países.

Do ponto de vista institucional, a migração haitiana desafiou as capacidades de governança dos três países, exigindo respostas que oscilaram entre inclusão e exclusão. No Brasil, o visto humanitário representou um avanço, mas a implementação enfrentou obstáculos significativos. A falta de coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal resultou em filas prolongadas para regularização e acesso limitado a serviços públicos. Por exemplo, em cidades como São Paulo, haitianos enfrentaram dificuldades para matricular seus filhos em escolas devido à burocracia e à falta de documentos traduzidos (Baeninger; Peres, 2017).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

A ausência de políticas de longo prazo para ensino de português e capacitação profissional também limitou a integração sociocultural. No Chile, a resposta inicial foi marcada por flexibilidade, com vistos de turismo que permitiam a entrada de haitianos, mas o aumento dos fluxos migratórios levou a uma guinada restritiva. A Lei nº 21.325 de 2021 introduziu controles mais rígidos, exigindo vistos consulares obtidos no Haiti, o que dificultou a regularização de novos migrantes e aumentou a vulnerabilidade daqueles em situação irregular. Martínez e Orrego (2019) argumentam que essa mudança reflete pressões internas, como o crescimento da xenofobia, e a fragilidade das instituições chilenas em gerenciar a diversidade cultural. Na República Dominicana, as instituições adotaram uma abordagem predominantemente repressiva, com deportações em massa – estima-se que mais de 100 mil haitianos foram deportados entre 2013 e 2018 (OIM, 2018) – e barreiras sistemáticas ao registro civil. Hernández (2021) destaca que a falta de cooperação bilateral com o Haiti, aliada a políticas que priorizam a soberania nacional, perpetua a vulnerabilidade dos migrantes, limitando soluções regionais para o problema.

A migração haitiana, ao transformar Brasil, Chile e República Dominicana, evidencia as particularidades da migração Sul-Sul, que, segundo Hujo e Piper (2010), ocorre em contextos de recursos limitados e desafios compartilhados entre países em desenvolvimento. No Brasil e no Chile, os haitianos trouxeram contribuições econômicas e culturais significativas, mas enfrentaram barreiras como racismo, precarização laboral e dificuldades linguísticas, que expõem as desigualdades estruturais dessas sociedades. Na República Dominicana, a exclusão estrutural dos haitianos reflete legados coloniais e narrativas nacionalistas que perpetuam a marginalização. Esses impactos desafiam a noção de uma solidariedade automática no Sul global, sugerindo que as políticas migratórias são moldadas por interesses nacionais, capacidades institucionais e contextos históricos. A análise desses efeitos não apenas ilumina as transformações geradas pela diáspora haitiana, mas também aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam a integração, combatam o racismo e fortaleçam a cooperação regional, temas que serão aprofundados nos capítulos subsequentes.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

CAPÍTULO II – POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: BRASIL, CHILE E REPÚBLICA DOMINICANA (2010-2023)

2.1. Brasil: Visto humanitário e desafios de integração

A política migratória brasileira passou por transformações iminentes ao longo das últimas décadas, refletindo tanto mudanças no cenário internacional quanto dinâmicas internas do país. Durante a ditadura militar, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 estabeleceu um regime restritivo, baseado na lógica da segurança nacional e na desconfiança em relação ao estrangeiro. Com a Constituição Federal de 1988, houve avanços na garantia de direitos fundamentais a todos os residentes no território nacional, abrindo espaço para uma concepção mais humanitária. Essa perspectiva foi consolidada com a Lei de Migração nº 13.445/2017, que substituiu o antigo estatuto e consagrou princípios como a não discriminação, a igualdade de tratamento, o direito à reunião familiar e o acesso a serviços públicos.

O Brasil, nesse contexto, buscou alinhar-se a padrões internacionais de proteção, incorporando também experiências específicas, como a criação do visto humanitário, em 2012, voltado inicialmente para a população haitiana afetada pelo terremoto de 2010. Essa medida representou um marco ao reconhecer a dimensão humanitária da mobilidade, integrando a política migratória a agendas de solidariedade internacional. Ainda assim, a implementação prática revelou contradições, como a burocratização dos processos de regularização e a ausência de políticas estruturadas de integração socioeconômica.

De maneira geral, a política migratória brasileira pode ser considerada progressista no plano normativo, com forte ênfase nos direitos humanos, mas enfrenta desafios persistentes de efetivação, especialmente no que se refere à integração cultural, educacional e laboral dos migrantes. É nesse quadro que se insere a análise do caso haitiano, fundamental para compreender tanto os avanços da política migratória brasileira quanto suas limitações estruturais.

O Brasil emergiu como um destino significativo para a migração haitiana após o terremoto devastador de janeiro de 2010, que agravou uma crise humanitária já existente no Haiti, marcada por instabilidade política, pobreza extrema e falta de oportunidades. Esse evento catalisou fluxos migratórios que, somados à tradição histórica de emigração haitiana,

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

posicionaram o Brasil como um novo espaço na malha global de rotas haitianas. É importante destacar que, isso não quer dizer que não havia presença de Haitianos no Brasil antes de 2010. Segundo Anderson, ao redor dos anos 40 no Brasil havia presença de Haitianos.

> Interessa destacar, que um dos primeiros grandes fluxos da chegada de pessoas de nacionalidade haitiana ao Brasil se data em janeiro de 2010, no entanto, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há registro da presença de haitianos no país, desde a década de 1940, mesmo que seja em menor proporção do que atualmente (JOSEPH, 2015a, JOSEPH, 2015b).

A partir de 2010, o país registrou um influxo expressivo de haitianos, impulsionado por fatores como a busca por trabalho, educação e melhores condições de vida, conforme destacado em estudos sobre a historicidade da (e)migração haitiana (JOSEPH, 2015). Marcando um ponto de inflexão nas políticas migratórias brasileiras, a criação do visto humanitário em 2012 representou uma resposta inovadora à crise no Haiti, permitindo a regularização de milhares de migrantes que buscavam reconstruir suas vidas. De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 2012 e maio de 2016, foram emitidos 48.361 vistos humanitários, sendo 83% processados na Embaixada do Brasil em Port-au-Prince (Cavalcanti et al., 2015). Estimativas do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2023) indicam que mais de 130 mil migrantes haitianos obtiveram residência no país até 2020, com números adicionais nos anos subsequentes refletindo a continuação dos fluxos, embora em ritmo desacelerado devido à pandemia de COVID-19 e à crise econômica brasileira.

Este subcapítulo analisa a política do visto humanitário, seus mecanismos de implementação, a evolução ao longo do período de 2010 a 2023, os avanços no acolhimento e os desafios persistentes de integração socioeconômica e cultural dos haitianos no Brasil. Baseado em referenciais teóricos como Baeninger e Peres (2017), Pachi (2021), Castles e Miller (2014), Joseph (2015) e relatórios recentes do OBMigra (2023), a análise destaca como a iniciativa brasileira, embora pioneira, enfrentou limitações estruturais que refletem tanto as desigualdades internas do país quanto as complexidades da migração Sul-Sul. Foco é dado em aspectos como a burocracia institucional, a segmentação laboral, as barreiras idiomáticas, as estratégias de resiliência adotadas pelos migrantes, e perfis regionais específicos, como na Região Sul e no Distrito Federal, onde os haitianos se concentram em setores como agroindústria e construção civil.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

A criação do visto humanitário foi um marco na política migratória brasileira, distinguindo o país como um dos primeiros na América Latina a adotar uma resposta formal à diáspora haitiana. Instituído em janeiro de 2012 pela Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o visto foi concebido como um instrumento temporário para facilitar a entrada legal de haitianos, oferecendo residência por cinco anos, renovável, e acesso imediato ao mercado de trabalho formal sem a necessidade de comprovação de emprego prévio.

Essa medida foi motivada por uma combinação de fatores humanitários e econômicos: de um lado, a solidariedade internacional em resposta à devastação no Haiti, incluindo o terremoto de 2010 que matou mais de 200 mil pessoas e deslocou 1,5 milhão (Handerson, 2015); de outro lado, a demanda por mão de obra em um período de expansão econômica no Brasil, caracterizado por investimentos em infraestrutura, como hidrelétricas e obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre janeiro de 2012 e maio de 2016, foram emitidos 48.361 vistos humanitários, com mais de 83% deles requeridos diretamente na Embaixada do Brasil em Port-au-Prince, facilitando um processo mais ágil e centralizado (OIM, 2016). Essa abordagem contrastava com políticas migratórias mais restritivas em outros países, posicionando o Brasil como um modelo de acolhida no contexto Sul-Sul, alinhado aos princípios do Pacto Global para Migração, que enfatiza a proteção de direitos humanos em fluxos migratórios. A política também incorporou elementos de flexibilidade, permitindo a renovação do visto com base em critérios como estabilidade laboral e ausência de antecedentes criminais, o que incentivou a permanência de longo prazo.

A implementação inicial do visto humanitário demonstrou eficiência em termos de regularização, mas revelou vulnerabilidades institucionais que moldaram sua evolução ao longo dos anos. Nos primeiros meses, a Embaixada brasileira em Port-au-Prince processava centenas de solicitações diárias, com critérios simplificados que incluíam apenas passaporte válido e declaração de ausência de doenças contagiosas, sem exigência de comprovação financeira. Isso permitiu que migrantes de diferentes perfis socioeconômicos – predominantemente homens jovens entre 20 e 40 anos, com níveis variados de educação – acessassem o visto, como mostrado nos dados do Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCRE), onde 75% dos registrados eram homens e 85% tinham entre 20 e 39 anos (Cavalcanti et al., 2015).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

No entanto, a chegada maciça pela fronteira amazônica, via Peru e Bolívia, uma estratégia adotada pelos Haitianos para pedir refúgios além da concessão do visto humanitário, criou gargalos logísticos. Em 2013, por exemplo, o estado do Acre registrou a entrada de mais de 10 mil haitianos em poucos meses, levando à declaração de emergência humanitária e à instalação de abrigos temporários gerenciados pela Defesa Civil. A resposta federal envolveu a criação de um grupo de trabalho interministerial, que coordenou voos humanitários para redistribuir os migrantes para estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde havia maior oferta de empregos em setores como a indústria calçadista e a avicultura. Essa interiorização, embora eficaz em aliviar a pressão fronteiriça, destacou a falta de infraestrutura dedicada, com migrantes frequentemente dependendo de redes informais de compatriotas para encontrar moradia e emprego iniciais. No Distrito Federal, por exemplo, muitos haitianos se concentraram em bairros como Paranoá e Varjão do Torto, formando comunidades que facilitam o apoio mútuo, mas também expunham vulnerabilidades como moradias superlotadas (Dutra, 2015).

Ao longo do período de 2012 a 2017, a política evoluiu com ajustes normativos que visavam aprimorar a integração. Em 2014, a Resolução Normativa nº 108 expandiu o visto para incluir familiares, facilitando a reunificação e reduzindo o isolamento social dos migrantes. Dados do OBMigra (2023) mostram que, até 2017, cerca de 15% dos vistos foram concedidos por reunificação familiar, com um aumento na proporção de mulheres e crianças, alterando o perfil demográfico da comunidade haitiana no Brasil. A Lei de Migração de 2017 (Lei nº 13.445) incorporou o visto humanitário em seu arcabouço legal, substituindo o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e enfatizando direitos como a não discriminação e o acesso a serviços públicos. Essa lei representou um avanço teórico, alinhando a política migratória brasileira a padrões internacionais, mas sua regulamentação em 2018 enfrentou críticas por não prever recursos específicos para integração, como fundos dedicados para capacitação profissional.

De 2018 a 2023, o visto humanitário continuou a ser concedido, embora em números menores devido à estabilização dos fluxos e ao impacto da pandemia de COVID-19, que restringiu as emissões em 2020-2021. Relatórios da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2023) indicam que, nesse período, cerca de 20 mil novos vistos foram emitidos, com foco em casos de vulnerabilidade extrema, como vítimas de violência no Haiti. Na Região Sul, por

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

exemplo, o número de haitianos com vínculo formal de trabalho cresceu de 815 em 2011 para 27.460 em 2014, representando 55% do total nacional, com estados como Paraná e Santa Catarina liderando as admissões (Cavalcanti et al., 2015).

Os desafios de integração socioeconômica dos haitianos no Brasil foram multifacetados, indo além da regularização inicial para englobar questões como a segmentação do mercado de trabalho e a falta de mobilidade ascendente. Os haitianos foram predominantemente absorvidos em setores de baixa remuneração e alta precariedade, como a construção civil em obras de infraestrutura, a indústria de abate em frigoríficos do Sul e Centro-Oeste, e serviços de limpeza em centros urbanos. Um estudo da OIM (2016) revela que, em 2015, 65% dos haitianos empregados no Brasil ganhavam menos de dois salários mínimos, com jornadas médias de 44 horas semanais, frequentemente sem benefícios como férias remuneradas ou proteção sindical.

Essa precarização foi agravada pela crise econômica brasileira de 2015-2016, que elevou o desemprego nacional para 13%, impactando desproporcionalmente os migrantes. Em Santa Catarina, por exemplo, haitianos representavam até 40% da força de trabalho em frigoríficos em 2018, mas enfrentavam condições insalubres, com relatos de acidentes laborais e discriminação por parte de empregadores que exploravam sua vulnerabilidade linguística (Simões & Neto, 2021). A falta de reconhecimento de qualificações profissionais foi outro obstáculo: muitos haitianos com formação em áreas como engenharia ou educação acabavam em empregos manuais, devido à burocracia para validação de diplomas estrangeiros, que exige exames e traduções custosas. No Paraná, por exemplo, haitianos com alto capital escolar, como Ensino Médio completo ou superior, frequentemente ocupavam postos em indústrias como abate de aves ou construção, onde o capital cultural não se traduzia em melhores salários, mas sim em estratégias de distinção social dentro da comunidade migrante (Oliveira, 2015).

A barreira idiomática emergiu como um fator central nos desafios socioeconômicos, limitando o acesso a oportunidades melhores. O crioulo haitiano, idioma materno da maioria, difere substancialmente do português, dificultando não apenas a comunicação cotidiana, mas também a participação em treinamentos profissionais. Iniciativas como os cursos de português oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

alcançaram apenas uma fração dos migrantes – estima-se que menos de 20% dos haitianos em São Paulo tiveram acesso a tais programas até 2019 (Pachi, 2021).

Essa limitação perpetuou um ciclo de subemprego, com migrantes dependendo de redes étnicas para encontrar trabalho, o que reforçava a segregação ocupacional. Além disso, o acesso a crédito e empreendedorismo foi restrito: haitianos enfrentavam dificuldades para abrir contas bancárias ou obter empréstimos devido à falta de histórico de crédito, embora alguns tenham criado pequenos negócios, como salões de beleza e venda de produtos haitianos em feiras de rua. A pandemia de COVID-19 agravou esses desafios, com muitos haitianos perdendo empregos em setores vulneráveis como serviços, levando a um aumento na informalidade e na dependência de remessas familiares. No Distrito Federal, a importância da língua na integração foi evidente, com haitianos relatando dificuldades em interações cotidianas e no mercado de trabalho, onde o domínio do português era essencial para ascensão profissional (Barbosa & Bernardo, 2015). A pesquisa qualitativa revelou que o aprendizado do português era uma estratégia de distinção, permitindo maior interação com a sociedade receptora e melhores oportunidades.

Na esfera da integração cultural e social, os haitianos no Brasil desenvolveram estratégias de resiliência que contrastavam com as barreiras impostas pela sociedade receptora. A formação de associações comunitárias, como a União Social dos Imigrantes Haitianos em São Paulo, fundada em 2013, serviu como plataforma para advocacia, oferecendo suporte psicológico, cursos de língua e eventos culturais que preservavam tradições haitianas, como o carnaval ou festas religiosas. Essas organizações também atuaram na mediação de conflitos, como casos de discriminação em escolas, onde crianças haitianas enfrentavam bullying devido ao sotaque ou origem. Um relatório da OIM (2023) documenta que, em 2022, cerca de 15% dos haitianos relataram experiências de xenofobia em espaços públicos, incluindo recusa de atendimento em hospitais ou preconceito em transporte coletivo.

A integração educacional foi particularmente desafiadora: embora a Lei de Migração garanta acesso universal à educação, a burocracia para matrícula – exigindo tradução de histórico escolar – e a falta de suporte bilíngue resultaram em altas taxas de evasão, com 25% das crianças haitianas em idade escolar fora do sistema em 2018, segundo dados do Ministério da Educação. No Paraná, a distinção cultural dos haitianos, com alto capital escolar e habilidades linguísticas,

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

facilitava práticas de integração como participação em cursos técnicos e eventos locais, mas também gerava tensões com a sociedade receptora, marcada por preconceitos históricos contra imigrantes (Oliveira, 2015). Em Brasília, as rotas migratórias posicionavam a cidade como um hub temporário, onde haitianos utilizavam redes étnicas para manter tradições enquanto planejam movimentos futuros (Dias, 2015).

As dimensões de gênero adicionam camadas aos desafios da integração, com mulheres haitianas enfrentando vulnerabilidades específicas. Representando cerca de 30% dos migrantes até 2023, muitas chegavam por reunificação familiar, assumindo papéis de cuidadoras enquanto buscavam emprego em serviços domésticos ou comércio informal. Estudos de gênero, como o de Joseph (2017) e Dutra (2015), destacam que mulheres haitianas eram mais propensas à exploração laboral, com salários 20% inferiores aos dos homens em funções similares, e maior exposição a violência doméstica em contextos de estresse migratório. Programas como o Bolsa Família foram acessados por famílias haitianas, mas a exigência de residência fixa limitava a participação inicial. Em termos de saúde, o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) foi facilitado pela regularização, mas barreiras culturais – como estigma em relação à saúde mental – e a falta de intérpretes resultaram em subutilização de serviços.

Durante a pandemia, haitianos enfrentaram taxas de infecção mais altas devido a moradias superlotadas, com campanhas de vacinação adaptadas apenas em 2021 para incluir intérpretes em crioulo. No Distrito Federal, a análise sociológica das relações de gênero revela que mulheres haitianas enfrentavam dupla discriminação – racial e de gênero – no mercado de trabalho, com inserção predominantemente em serviços domésticos, onde a precariedade era acentuada pela falta de redes profissionais (Dutra, 2015). Já no Paraná, mulheres representavam 18% dos haitianos empregados formalmente, concentradas em setores como abate de aves e limpeza, refletindo padrões globais de feminização da migração laboral (Cavalcanti et al., 2015).

Casos de estudo regionais ilustram a diversidade dos desafios de integração. No Acre, ponto de entrada inicial, a interiorização para o Sul evitou colapso local, mas migrantes em Chapecó (SC) relataram isolamento cultural em uma região predominantemente branca e rural, com poucos recursos para aprendizado de português. Em São Paulo, a maior concentração de haitianos – cerca de 40 mil em 2020 – permitiu a formação de enclaves no centro da cidade,

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

como na República, onde lojas haitianas e igrejas evangélicas fomentaram solidariedade comunitária, mas também atraíram fiscalização excessiva por parte de autoridades, levando a detenções arbitrárias. No Rio Grande do Sul, programas locais de capacitação, como o oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria, ajudaram alguns migrantes a ascender para empregos qualificados em TI, mas esses sucessos foram exceções, com a maioria permanecendo em agricultura sazonal. No Paraná, haitianos em Curitiba e Londrina destacavam distinção social através de habilidades linguísticas e capital cultural, mas enfrentavam barreiras na mobilidade ascendente, com 80% ganhando entre 1 e 3 salários mínimos em setores insalubres (Oliveira, 2015). No Distrito Federal, a posição de Brasília como hub nas rotas haitianas revelava uma mobilidade contínua, com haitianos usando a cidade como etapa para reunificação familiar ou migração futura, enquanto lidavam com precariedade em construção e outros serviços (Días, 2015). Esses casos regionais, baseados em dados da RAIS e pesquisas qualitativas, mostram como a integração varia conforme contextos locais, com o Sul oferecendo mais empregos formais, más condições precárias, e o DF atuando como pólo de transição.

A evolução da política até 2023 revelou tentativas de correção, como a Portaria Interministerial nº 1 de 2021, que estendeu o visto humanitário para haitianos afetados pela instabilidade política no Haiti, concedendo mais 4 mil vistos entre 2021 e 2023. No entanto, a falta de avaliação sistemática – com relatórios do OBMigra apontando para ausência de dados longitudinais sobre integração – limitou melhorias. Teoricamente, essa experiência brasileira ilustra o conceito de "governança migratória híbrida" de Geddes e Scholten (2016), combinando abordagens inclusivas com restrições práticas. A historicidade da emigração haitiana, com fluxos desde o século XIX para Cuba e República Dominicana, e mais recentemente para o Brasil como novo espaço migratório (Handerson, 2015), reforça que o visto humanitário foi uma resposta a uma diáspora global, mas desafiada por barreiras internas.

Em síntese, a política do visto humanitário posicionou o Brasil como um ator humanitário na migração Sul-Sul, facilitando a regularização e o acesso inicial ao trabalho para haitianos. Contudo, os desafios de integração – desde a precarização laboral e barreiras idiomáticas até discriminação e limitações institucionais – destacam a necessidade de políticas mais robustas, integrando capacitação, combate ao racismo e suporte familiar. Essa análise, baseada em dados do OBMigra (2023), estudos como Pachi (2021) e o diagnóstico sociodemográfico do estudo da

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

imigração Haitiana no Brasil (Cavalcanti et al., 2015), sublinhar que, apesar dos avanços, a integração plena permanece um objetivo em construção, influenciado pelas dinâmicas internas do Brasil e pela resiliência haitiana.

2.2. Chile: Da abertura inicial ao endurecimento das políticas

O Chile consolidou-se como um destino significativo para a migração haitiana a partir de meados da década de 2010, marcado por uma transição de uma fase de abertura inicial para um endurecimento progressivo das políticas migratórias entre 2010 e 2023. Inicialmente atraído por sua estabilidade econômica, baixa criminalidade e ausência de exigência de visto até 2018, o país recebeu um influxo expressivo de haitianos, especialmente após o terremoto de 2010 no Haiti, que intensificou os fluxos migratórios globais. Dados do Departamento de Extranjería y Migración (DEM) indicam que a população haitiana no Chile cresceu de menos de 2 mil em 2012 para 187.892 em 2017, segundo o CENEM (2017), gerando pressões sociais e políticas que culminaram em reformas restritivas sob o governo de Sebastián Piñera (2018-2022) e ajustes na administração de Gabriel Boric (2022-).

Este subcapítulo analisa a evolução das políticas migratórias chilenas em relação aos haitianos, destacando os mecanismos de abertura inicial, os fatores do endurecimento, as implicações para a integração socioeconômica e cultural, e as estratégias de resiliência dos migrantes. Com base em Martínez e Orrego (2019), Doña-Reveco (2024), Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015) e relatórios do CENEM (2017) e OIM (2023), a análise revela como o Chile, com sua tradição de acolhimento seletiva desde o século XIX, enfrentou tensões entre securitização e direitos humanos, refletindo complexidades da migração Sul-Sul, onde o racismo estrutural perpetua exclusão, como apontam Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015): “El debate sobre la migración en Chile parece haber escalado a nivel político y mediático en los últimos años” (p. 2).

A fase de abertura inicial das políticas migratórias chilenas para haitianos ocorreu entre 2010 e 2017, quando o país se destacou como um "oásis" de estabilidade na América Latina. Até 2018, haitianos podiam entrar como turistas sem visto, bastando apresentar passaporte válido, o que facilitava a regularização via mudança de status migratório, conforme a Lei de Extranjería de

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

1975. Essa política permitia estadias de até 90 dias, com possibilidade de prorrogação ou conversão para residência temporária mediante contrato de trabalho.

O crescimento econômico médio de 4,5% ao ano entre 2010 e 2017 (Banco Mundial, 2023) e a estabilidade pós-ditadura (1990 em diante) atraiam haitianos fugindo da pobreza e instabilidade no Haiti. O CENEM (2017) registra que, entre 2010 e 2017, 57.911 vistos foram entregues a haitianos, um salto de 88% em relação aos 656 vistos emitidos entre 2000 e 2009, impulsionado por voos low-cost e redes migratórias que disseminavam informações sobre oportunidades. Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015) contextualizam essa atração ao observar que “el aumento del porcentaje de migrantes” refletia tanto oportunidades econômicas quanto diversificação de fluxos Sul-Sul, destacando o papel da abertura inicial.

Essa abertura foi influenciada por fatores econômicos e diplomáticos. Durante o segundo mandato de Michelle Bachelet (2014-2018), o Chile adotou uma abordagem humanitária, reforçada pela participação na MINUSTAH (2004-2017), que fomentou laços culturais. Economicamente, setores como construção, agricultura e serviços demandavam mão de obra barata, suprida por haitianos em vagas rejeitadas por locais, como limpeza e colheita no Vale Central. Martínez e Orrego (2019) indicam que, até 2017, haitianos representavam 14% dos migrantes no Chile, concentrados na Região Metropolitana (70%), contribuindo com US$117 anuais ao PIB per capita (Banco Mundial, 2023). Comunidades se formaram em Quilicura e Estación Central, com negócios como barbearias e eventos culturais, mas vulnerabilidades como moradia precária em "cités" (favela) emergiram, agravadas por racismo implícito, conforme Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015):

> *Escasas iniciativas y discusiones se desarrollan a nivel político para contrarrestar la exclusión, la subordinación y la negación de aquellos migrantes que son signados socio estructuralmente como racial y/o culturalmente distintos (*Rojas Pedemonte; Amode; Vásquez Rencoret, 2015*,p. 1).*

O crescimento populacional gerou pressões que levaram ao endurecimento a partir de 2018. O influxo sobrecarregou serviços públicos em Santiago, com longas filas para regularização no RUN, e a mídia retratou haitianos como "invasores", apesar da baixa criminalidade (Doña-Reveco, 2024). A campanha de 2017 transformou a migração em tema

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

central, com Piñera prometendo "ordenar a casa". Em 2018, decretos exigiram visto consular em Port-au-Prince e criaram a "visa humanitária" com cotas de 10 mil (reduzidas a 3 mil em 2023), negando 69% das solicitações entre 2018 e 2020 (OIM, 2023), forçando rotas irregulares. A Lei 21.325, de 2021, substituiu a lei de 1975, enfatizando "migração segura, ordenada e regular", com multas de até US$1.000 e expulsões facilitadas. Sob Boric, desde 2022, reunificações ampliaram-se (15 mil até 2023), mas deportações somaram 910 entre 2018 e 2023 (Serviço Nacional de Migrações, 2024). Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015) conectam isso ao racismo estrutural: “el racismo como un factor estructural de dominación y exclusión de los nuevos ‘migrantes laborales sur-sur’ (Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret , 2015, p. 2).

Os mecanismos de implementação expuseram fragilidades. A abertura permitia regularizações com filas de seis meses, mas o visto consular exigiu documentos caros (média de US 500), centralizando o processo em Port-au-Prince. A pandemia (2020-2021) reduziu entradas a 27 mil em 2018 (queda de 74%, OIM, 2018), e Piñera promoveu "retornos voluntários", enquanto Boric focou em integração via Programa de Mobilidade Laboral. Críticas apontam perpetuação de desigualdades, especialmente para haitianos de baixa renda, que enfrentavam barreiras burocráticas e custos elevados, agravando a exclusão social já identificada por Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015): “la exclusión, la subordinación y la negación de aquellos migrantes que son signados socio estructuralmente como racial y/o culturalmente distintos”.

Avanços incluíram saúde universal (80% dos haitianos no FONASA até 2017, OIM, 2023) e reunificação (15 mil famílias até 2023). Sob Boric, cursos de espanhol e campanhas contra xenofobia atingiram 20% dos haitianos (Ministério de Educação, 2023), e associações como Comunidade Haitiana no Chile promoveram resiliência com eventos como o "Dia do Haiti". Essas iniciativas, embora limitadas, buscaram mitigar os efeitos do racismo e da marginalização, com o CENEM (2017) destacando que a integração cultural dependia de apoio comunitário em áreas como Quilicura e Estación Central, onde redes informais sustentavam a coesão social.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Desafios persistem: haitianos ocupam empregos precários (construção 30%, doméstico 25%, agricultura 20%), com salários 30% inferiores (CENEM, 2017), e 74% ganham menos de US$ 500 em Santiago, segundo dados do CENEM (2017). Racismo estrutural reflete rejeição em entrevistas (15% relataram xenofobia, OIM, 2023), e barreiras idiomáticas limitam a ascensão, com alfabetização alcançando apenas 10% (Ministério de Educação, 2019). A pandemia agravou a precariedade, com perda de empregos em serviços e taxas de infecção 20% superiores devido a moradias coletivas (Doña-Reveco, 2024). Estratégias de resiliência, como o empreendedorismo, geraram 500 negócios em Quilicura até 2023 (Martínez e Orrego, 2019), mas restrições ao visto turístico forçaram informalidade e risco de deportação. Culturalmente, haitianos enfrentam racismo midiático, sendo retratados como "pobres e violentos" (Stang, 2021), e o bullying escolar afetou 25% das crianças haitianas, levando a evasão (Ministério de Educação, 2018). Mulheres, 40% dos migrantes pós-2017, enfrentam assédio em empregos domésticos, com salários 20% inferiores (Dutra, 2015), e programas de proteção (2022) beneficiaram apenas 5 mil migrantes Haitianos, insuficientes para atender à demanda.

Regionalmente, variações incluem isolamento cultural em Antofagasta, onde haitianos trabalham em mineração com condições insalubres, integração via comércio em Valparaíso, e mobilidade interna em Biobío devido à sazonalidade agrícola. Sob Boric, reunificações cresceram (3 mil em 2024), mas requisitos financeiros elevados excluem os mais pobres, perpetuando desigualdades. Teoricamente, o endurecimento reflete "governança híbrida" (Geddes e Scholten, 2016), equilibrando inclusão humanitária com controle securitário, enquanto o racismo estrutural, conforme Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015), continua a moldar as "matrices de inclusión" que subordinam os haitianos.

Em síntese, as políticas chilenas transitaram de abertura (2010-2017), impulsionada por economia e diplomacia, para endurecimento (2018-2023), via vistos restritivos e Lei 21.325, respondendo a pressões sociais. Apesar de avanços em saúde e reunificação, desafios como precariedade, racismo e barreiras idiomáticas persistem, exigindo políticas inclusivas e estruturadas para promover integração plena, como sugerido pelo CENEM (2017) e Martínez e Orrego (2019).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

2.3. República Dominicana: Exclusão Estrutural e Tensões Históricas

A República Dominicana, o país que compartilha a ilha de Hispaniola com o Haiti, representa um caso paradigmático de exclusão estrutural na gestão de fluxos migratórios haitianos, especialmente no período pós-terremoto de 2010. Diferentemente do Brasil e do Chile, que adotaram abordagens inicialmente mais inclusivas – ainda que com limitações –, a República Dominicana tem se caracterizado por uma política migratória marcada por tensões históricas baseadas em questões raciais, étnicas e territoriais. Essas tensões remontam ao século XIX, com a partilha da ilha e episódios de violência como o Massacre de Perejil em 1937, e se intensificaram com a chegada maciça de haitianos após o desastre natural de 2010.

Neste subcapítulo, analisa-se como as políticas dominicanas entre 2010 e 2023 perpetuaram uma exclusão estrutural, manifestada em deportações em massa, desnacionalização retroativa e barreiras ao acesso a direitos fundamentais, configurando um modelo que prioriza a soberania nacional sobre compromissos humanitários internacionais. Essa análise é fundamentada em relatórios de organizações como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Human Rights Watch (HRW) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), revelando não apenas as respostas institucionais, mas também os impactos socioculturais na comunidade haitiana.

Para compreender a exclusão estrutural na República Dominicana, é essencial contextualizar as tensões históricas que moldam as relações bilaterais com o Haiti. A ilha de Hispaniola foi dividida em 1697 pelo Tratado de Ryswick, um acordo de paz assinado entre França e Espanha ao final da Guerra dos Nove Anos (1688-1697), que estabeleceu a partilha colonial da ilha como uma solução para disputas territoriais. Esse tratado delimitou a porção ocidental à França, que a transformou na colônia de Saint-Domingue (futuro Haiti), e a porção oriental à Espanha, mantendo-a como Santo Domingo (futuro República Dominicana), refletindo interesses econômicos como o comércio de cana-de-açúcar e escravizados. Essa divisão inicial marcou trajetórias distintas, com o Haiti alcançando a independência em 1804 como a primeira república negra do mundo, e a República Dominicana emergindo como nação independente em 1844, após uma ocupação haitiana de 22 anos (1822-1844).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Essa ocupação foi motivada por fatores políticos, econômicos e estratégicos: após sua independência, o Haiti enfrentava isolamento internacional e temia intervenções de potências coloniais, como França, Espanha e Inglaterra, que poderiam usar a parte oriental como base para ameaçar sua soberania. O presidente Jean-Pierre Boyer viu na instabilidade da região oriental, após a retirada colonial e a efêmera República do Haiti Espanhol (1821-1822), uma oportunidade de unificar Hispaniola, fortalecendo a segurança nacional e expandindo recursos agrícolas para aliviar a dívida imposta pela França (150 milhões de francos, reduzidos a 90 milhões em 1825).

A ocupação também buscou abolir a escravidão remanescente na parte dominicana e promover uma identidade compartilhada, mas encontrou resistência cultural e racial, culminando na independência dominicana em 1844 liderada por Juan Pablo Duarte. Essa ocupação gerou ressentimentos duradouros, alimentando narrativas de "invasão haitiana" que persistem até hoje. Como argumenta Ferguson (2003), essas tensões são agravadas por diferenças étnicas e raciais: o Haiti, majoritariamente negro e francófono, contrasta com a identidade dominicana, que enfatiza raízes hispânicas e indígenas, frequentemente negando a herança africana.

O Massacre de Perejil, ordenado pelo ditador Rafael Trujillo em 1937, exemplifica essa hostilidade: entre 15.000 e 30.000 haitianos e dominicanos de ascendência haitiana foram assassinados na fronteira, sob pretexto de "limpeza étnica". O massacre ficou conhecido como **“El Corte”** porque muitos foram mortos a golpes de facão, arma associada ao trabalho agrícola, simbolizando uma violência que pretendia “cortar” não apenas vidas, mas também a presença cultural haitiana no território dominicano. O termo “Perejil” refere-se ao teste linguístico usado pelos soldados de Trujillo, que obrigavam os suspeitos a pronunciar a palavra “perejil” (salsa, em espanhol); a pronúncia distinta dos falantes de crioulo haitiano servia como marcador fatal para identificar quem seria executado.

O episódio, além de sua dimensão brutal, consolidou o anti-haitianismo como política de Estado, reforçando a construção de uma identidade nacional baseada na exclusão do “outro negro” e institucionalizando práticas de discriminação que continuam a ecoar nas políticas migratórias e na negação de direitos de dominicanos de origem haitiana até os dias atuais.

No contexto migratório, a República Dominicana tem dependido historicamente da mão de obra haitiana barata, especialmente na indústria açucareira desde o início do século XX.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Contratos bilaterais, como os de 1952 e 1966, facilitaram a entrada de trabalhadores haitianos temporários, mas sem garantias de integração. Esses migrantes viviam em "bateyes" – acampamentos precários nas plantações –, sujeitos a condições de semi-escravidão, com pouca mobilidade social. Como destaca o relatório da Minority Rights Group International (2023),

> [3]A discriminação ocorre com base na cor da pele, em nomes que soam haitianos ou nas condições de vida, impedindo o acesso a níveis mais altos de educação, saúde, grande parte dos trabalhos formais, viagens internacionais e justiça, além de impedir que se casem ou registrem seus filhos. (Minority Rights Group International, 2023, Tradução Própria)

Esse trecho ilustra como a exclusão não é mera consequência de fluxos migratórios, mas uma estrutura enraizada no racismo, que transforma a migração em um ciclo de vulnerabilidade. Até 2010, estimava-se que cerca de 1 milhão de haitianos e descendentes viviam na República Dominicana, representando 10% da população, segundo dados da OIM (2010). No entanto, políticas como a Lei Geral de Migração nº 285-04 (2004) já classificavam esses migrantes como "em trânsito", negando jus soli (direito de solo) a seus filhos, pavimentando o caminho para a desnacionalização posterior.

O terremoto de 2010 no Haiti, que matou mais de 220 mil pessoas e desabrigou 1,5 milhão, intensificou os fluxos migratórios para a República Dominicana, expondo as fragilidades das políticas existentes. Inicialmente, o governo dominicano ofereceu assistência humanitária, incluindo a suspensão temporária de deportações e a facilitação de entradas para tratamento médico. No entanto, essa resposta foi efêmera e logo deu lugar a um endurecimento. Como observa a CIDH em suas observações preliminares de 2013, “A Comissão considera que a decisão do Tribunal Constitucional implica uma privação arbitrária da nacionalidade.”. Essa mudança reflete pressões internas: o aumento de haitianos indocumentados gerou discursos xenófobos, associando-os a criminalidade e sobrecarga de serviços públicos. Entre 2010 e 2013, deportações continuaram, com 47.700 haitianos expulsos em 2012, segundo HRW (2013). A

---

[3] *"Discrimination occurs based on their skin colour, Haitian sounding names, or living conditions, barring them from access to higher levels of education, health care, much formal work, international travel and justice, as well as preventing them from getting married or registering their children". (Minority Rights Group International , 2023)*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

chegada de migrantes pós-terremoto agravou tensões em áreas fronteiriças, onde comunidades pobres competem por recursos escassos, fomentando conflitos locais.

O marco pivotal da exclusão estrutural foi a Sentença TC/0168/13 do Tribunal Constitucional, em setembro de 2013, que reinterpretou retroativamente o artigo 18 da Constituição de 2010, negando cidadania a descendentes de migrantes "em trânsito" nascidos entre 1929 e 2010. Essa decisão afetou diretamente cerca de 210 mil pessoas, majoritariamente de ascendência haitiana, tornando-as apátridas. Como detalha o relatório da Minority Rights Group (2023), “A sentença revisou retroativamente a condição de nacionalidade de indivíduos nascidos no país de pais migrantes, afetando de forma desproporcional dominicanos de ascendência haitiana.”

A sentença ordenou uma auditoria nos registros civis para identificar e transferir nomes para o "Livro de Estrangeiros", efetivamente despojando gerações de direitos. Essa medida violou princípios internacionais, como o artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948 que diz: **1° Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade, 2° Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade)** e o Artigo 20 – Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, 1969) que alega que : **Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território nasceu, se não tiver direito a outra. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudá-la.**

As implicações da TC/0168/13 foram devastadoras para a integração. Sem documentos, haitianos e descendentes enfrentam barreiras ao emprego formal, com muitos confinados ao setor informal, como agricultura e construção, sujeitos à exploração. O relatório da Georgetown University (2018) destaca os impactos na educação:

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

> [4]"Muitos dominicanos de ascendência haitiana entrevistados para este relatório foram impedidos de frequentar a escola primária ou secundária por não possuírem certidões de nascimento. Quando conseguiam frequentar a escola, muitas crianças eram privadas da oportunidade de realizar os exames nacionais exigidos para se formar caso não possuíssem certidão de nascimento." Georgetown University (2018) Tradução própria)

Isso revela como a apatridia perpétua ciclos de pobreza. Crianças como Victoria expressam desespero: "It feels bad... I am young and want to study for the future – and I can't" (p. 1) (Eu me sinto mal, eu sou jovem e quero estudar para o futuro, e eu não posso (tradução própria). Estatísticas indicam que, até 2017, apenas 13.495 dos 61 mil identificados como "Grupo A" (registrados como dominicanos) obtiveram documentos, deixando mais de 47 mil em limbo, segundo Minority Rights Group (2023).

Em resposta à sentença, o governo promulgou a Lei de Naturalização Especial nº 169-14 em maio de 2014, criando o Plano Nacional de Regularização de Estrangeiros (PNRE), que visava regularizar 288 mil migrantes indocumentados, majoritariamente haitianos. O PNRE permitiu inscrições até junho de 2015, com requisitos como prova de residência e pagamento de taxas. No entanto, o plano foi criticado por sua ineficácia: barreiras burocráticas, custos elevados (até US$ 300) e prazos curtos excluíram muitos. Segundo a OIM (2017), apenas 8.755 do "Grupo B" (não registrados) se inscreveram, com 2.400 obtendo documentos até 2017, deixando cerca de 64 mil apátridas. Além disso, o PNRE não resolveu a apatridia de descendentes, perpetuando a exclusão. Como argumenta a CIDH (2013), "A decisão tem um efeito discriminatório, uma vez que impacta principalmente os dominicanos de ascendência haitiana, que são pessoas afrodescendentes; retira retroativamente a nacionalidade; e conduz à apatridia."

As deportações em massa emergiram como ferramenta central da exclusão, intensificando-se pós-2015. Após o fim do PNRE, o governo retomou as expulsões, com 113 mil

---

[4] *"Many Dominicans of Haitian descent interviewed for the purpose of this report were prevented from attending primary or secondary school because they do not have birth certificates. When able to attend school, many children were denied the opportunity to take national examinations required to graduate if they did not possess a birth certificate". (p. 2)*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

deportados em 2015, muitos arbitrariamente detidos sem devido processo. Relatórios da HRW documentam abusos: "Documentou mais de 60 casos nos quais dominicanos descendentes de haitianos foram arbitrariamente detidos". De 2010 a 2023, estimativas da OIM indicam mais de 1 milhão de deportações e retornos voluntários, com picos durante crises haitianas, como a violência de gangues em 2021-2023. Em 2024, 98.594 foram deportados, e em 2025, o número atingiu 119 mil até maio, um aumento de 71% em relação a 2024, segundo a Direção Geral de Migração dominicana. No primeiro trimestre de 2025, 86.406 haitianos foram expulsos, muitos em condições precárias, incluindo separação familiar e violência. Esses números refletem uma política de "criminalização da migração", como descrito pela CIDH, onde perfis raciais guiam detenções: "Sometimes I ask myself, is it because of the color of my skin?". "Às vezes eu me pergunto: é por causa da cor da minha pele?"

A exclusão estrutural se manifesta em múltiplas dimensões. No acesso à saúde, haitianos indocumentados enfrentam negação de serviços, exacerbando vulnerabilidades durante a pandemia de COVID-19 (2020-2023), quando vacinas foram condicionadas a documentos. Na educação, o relatório da Georgetown (2018) revela:

> Sem uma nacionalidade, crianças apátridas podem ser privadas do acesso a programas básicos de proteção social, não conseguir certificados de educação ou se formar, nem obter uma carteira de identidade ou um passaporte. Sem essas proteções e oportunidades básicas, essas crianças tornam-se mais vulneráveis à exploração e ao abuso.[5] (Relatório da Georgetown 2018, p. 20), tradução própria

Barreiras linguísticas (crioulo vs. espanhol) e racismo agravam isso, com crianças haitianas frequentemente segregadas ou expulsas. No trabalho, a informalidade atinge 80% dos haitianos, com salários inferiores e riscos de tráfico humano. Críticas internacionais destacam violações sistemáticas. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Yean e Bosico (2005), condenou a República Dominicana por discriminação em registros civis, ordenando reformas não implementadas. No caso Expelled Dominicans and Haitians (2014), a Corte enfatizou: "O Relator Especial das Nações Unidas destacou que 'o anti-haitianismo, que possui

[5] *"Without a nationality, stateless children can be denied access to basic social protection programmes, cannot earn education certificates or graduate, or obtain an identity card or a passport. Without these basic protections and opportunities, these children are more vulnerable to exploitation and abuse". (p. 20)*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

um forte componente racial, desempenhou um papel muito importante no processo de expulsão'. A sentença detalha:

> QUINTO: DETERMINAR, também, que a Junta Central Eleitoral implemente as seguintes medidas: (i) Realizar uma auditoria completa dos registros de nascimento do Registro Civil da República Dominicana, de 21 de junho de 1929 até a presente data, dentro de um ano após a notificação desta sentença (prorrogável por mais um ano a critério da Junta Central Eleitoral), para identificar e incorporar, em uma lista documental e/ou digital, todos os estrangeiros registrados nos registros de nascimento do Registro Civil da República Dominicana; (ii) Elaborar uma segunda lista dos estrangeiros que estão registrados de forma irregular por não possuírem ou não atenderem aos requisitos estabelecidos na Constituição da República para a atribuição da nacionalidade dominicana via jus soli, a qual será denominada [6]"Lista". (p. 60, tradução própria)

Essa medida, ligada à TC/0168/13, foi considerada violadora do artigo 8 da Convenção Americana (devido processo). Relatórios recentes, como o da NYU (2025), afirmam que deportações violam o direito internacional, com foco em haitianos negros. A OIM (2025) alerta para 1 milhão de desalojados no Haiti, tornando retornos forçados inumanos. Apesar de resoluções da OEA e ONU, o governo dominicano defende soberania, argumentando sobrecarga econômica.

Em comparação com Brasil e Chile, a República Dominicana destaca-se pela exclusão extrema, contrastando com os vistos humanitários brasileiros e a abertura inicial chilena. Enquanto o Brasil promoveu interiorização, a RD prioriza expulsão, reproduzindo hierarquias coloniais. Como hipotetizado, essa abordagem reflete legados históricos e pressões domésticas, limitando a integração e perpetuando vulnerabilidades.

---

[6] *"FIFTH: TO ESTABLISH, also, that the Central Electoral Board implement the following measures: (i) Conduct a thorough audit of the birth records of the Civil Registry of the Dominican Republic from (June 21, 1929,) to date, within one year of notification of this judgment (renewable for a further year at the discretion of the Central Electoral Board), to identify and to incorporate into a documentary and/or digital list, all the aliens registered in the birth records of the Civil Registry of the Dominican Republic; (ii) Make a second list of the aliens who are registered irregularly because they lack or do not meet the requirements set out in the Constitution of the Republic for attribution of Dominican nationality through ius soli, which shall be called the List". (p. 60)*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Em conclusão, a exclusão estrutural na República Dominicana não é anomalia, mas resultado de tensões históricas e políticas deliberadas que, de 2010 a 2023, transformaram a migração haitiana em crise humanitária. Reformas urgentes, como cumprimento de sentenças internacionais, são essenciais para uma governança mais inclusiva, alinhada à solidariedade regional.

2.4. Análise comparativa das respostas institucionais

Esta análise examina as políticas migratórias desses três países (Brasil, Chile e República Dominicana) no período de 2010 após o terremoto no Haiti a 2023 com atualizações em 2025, focando em marcos legais, mecanismos de integração e impactos na população haitiana. Utilizando o marco teórico da governança migratória (GEDDES; SCHOLTEN, 2016) e da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), o estudo destaca como essas respostas refletem dinâmicas de inclusão e exclusão no contexto da migração Sul-Sul. A análise é estruturada em torno de três eixos principais: (i) políticas de acolhimento e regularização, (ii) integração social e econômica, e (iii) impactos das políticas migratórias, com tabelas comparativas para ilustrar as semelhanças e as diferenças.

O Brasil destacou-se inicialmente por uma abordagem humanitária à migração haitiana. A Resolução Normativa nº 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) instituiu o visto humanitário, permitindo a regularização de 48.361 haitianos até 2016 (BAENINGER; PERES, 2017). Consideramos essa política como uma resposta ao terremoto de 2010, que deslocou 1,5 milhão de pessoas no Haiti (OIM, 2010), e refletiu o posicionamento do Brasil como líder regional em direitos humanos. O visto, renovável, facilitou a entrada legal e o acesso ao mercado de trabalho formal via Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). No entanto, barreiras burocráticas, como a exigência de solicitação em consulados haitianos, limitaram o alcance, especialmente para migrantes em condições de extrema pobreza (FERNANDES, 2018).

Após 2016, a política de vistos humanitário foi mantida, mas a crise econômica pós-2023 elevou o desemprego entre haitianos a 15% em 2024 (IBGE, 2024), evidenciando fragilidades na integração. Apesar disso, o Brasil implementou iniciativas como cursos de português pela Pastoral do Migrante e parcerias com ONGs, que promoveram alguma inclusão social, embora insuficientes para atender a demanda. A Portaria Interministerial de 2024, que estendeu a

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

validade dos vistos humanitários até 2026, sinaliza continuidade na abordagem inclusiva, mas a precarização laboral persiste, com 70% dos haitianos relatando discriminação no trabalho (OIM, 2023).

No Chile, a resposta institucional foi marcada por oscilações. Inicialmente, o país adotou uma postura receptiva, com o Visto de Responsabilidade Democrática (2018) facilitando a entrada de cerca de 126 mil haitianos até 2020 (OIM, 2020). Essa política respondeu à demanda por mão de obra em setores como construção e serviços, mas também refletiu pressões internacionais por solidariedade pós-terremoto. Contudo, a partir de 2019, sob o governo Piñera, medidas restritivas foram implementadas, incluindo exigências de antecedentes criminais e vistos consulares prévios, reduzindo os fluxos migratórios (STEFONI; SILVA, 2021).

A xenofobia crescente, exemplificada por protestos anti-imigração em Iquique em 2021, pressionou o endurecimento das políticas. Em 2025, o governo Boric revisou a Lei 21.325, ampliando vistos laborais e programas de reunificação familiar, beneficiando 15 mil haitianos (OIM, 2025). Apesar disso, a integração permanece limitada pela barreira linguística (espanhol vs. crioulo haitiano) e pela concentração de migrantes em empregos informais (60% em 2023, segundo OIM). Bairros como Quilicura tornaram-se polos de guetização, concepto que pode ser entendido como processo de criar e manter bairros ou áreas urbanas segregadas e isoladas, onde grupos minoritários e marginalizados são confinados, geralmente por razões socioeconômicas ou raciais, com acesso restrito a saúde e educação (SANTIAGO, 2020). A ausência de políticas públicas estruturadas para integração de longo prazo evidencia uma governança migratória instável, que alterna entre abertura e restrição conforme pressões políticas internas.

A República Dominicana, em contraste, adota uma abordagem marcadamente excludente, enraizada em tensões históricas e raciais com o Haiti. A Sentença TC/0168/13 do Tribunal Constitucional, que retirou a cidadania de milhares de descendentes de haitianos nascidos no país, consolidou a exclusão institucional, criando uma crise de apatridia que afetou 200 mil pessoas até 2023 (HRW, 2015). O Plano Nacional de Regularização de Estrangeiros (PNRE) de 2014 teve adesão limitada, regularizando apenas 7% dos haitianos no país (OIM, 2023). A dependência econômica da mão de obra haitiana, especialmente na agricultura de cana-de-açúcar, contrasta com a negação de direitos básicos, como acesso à saúde e educação.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Em 2025, a intensificação das deportações – 119 mil haitianos até maio, segundo a Direção Geral de Migração – agravou a crise humanitária, com relatos de violações de direitos humanos, incluindo separação de famílias (ACNUR, 2025). A política dominicana reflete a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), perpetuando desigualdades raciais e estruturais herdadas do colonialismo, como o Massacre de Perejil (1937), que ainda molda a percepção dos haitianos como "outros".

A comparação das políticas de acolhimento revela que o Brasil se aproxima de um modelo de solidariedade Sul-Sul (HUJO; PIPER, 2010), com marcos legais inclusivos, mas limitados por barreiras práticas. O Chile apresenta uma trajetória instável, com avanços recentes insuficientes para reverter a exclusão social. A República Dominicana, por sua vez, adota uma postura de contenção, com políticas que reforçam a marginalização. A Tabela 1 sintetiza essas diferenças:

TABELA 1- Políticas de acolhimento e respostas institucionais à migração haitiana (Brasil, Chile e República Dominicana, 2010–2025)

País	**Política de Acolhimento**	**Período**	**Impacto Principal**
Brasil	Visto humanitário (Res. Normativa nº 97/2012); renovação até 2026	2012-2025	Regularização de 48.361 haitianos até 2016; barreiras burocráticas persistem
Chile	Visto de Responsabilidade Democrática (2018); restrições pós-2019; revisão Lei 21.325 (2025)	2018-2025	126 mil entradas até 2020; 40% em situação irregular em 2023; reunificação em 2025

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

República Dominicana	Sentença TC/0168/13 (2013); PNRE (2014); deportações massivas	2013-2025	Apatridia de 200 mil; 7% regularizados; 119 mil deportados até maio/2025

Fonte: Elaboração própria a partir de BRASIL (2012); OIM (2020; 2023); STEFONI; SILVA (2021); ACNUR (2025); HRW (2015).

No que diz respeito à integração social e econômica, o Brasil oferece melhores condições formais, com acesso ao mercado de trabalho via CTPS e iniciativas como cursos de português. Contudo, a concentração em empregos precários (ex.: construção civil, frigoríficos) e a discriminação limitam a mobilidade social. No Chile, a integração é fragmentada, dependente de ONGs e igrejas, com barreiras como o idioma e a guetização em bairros periféricos. A República Dominicana apresenta o cenário mais grave, com exclusão sistemática do acesso a direitos básicos, forçando haitianos à economia informal e à vulnerabilidade extrema. A Tabela 2 compara os esforços de integração:

TABELA 2: Mecanismos e desafios de integração social e econômica dos migrantes haitianos (Brasil, Chile e República Dominicana, 2010–2025)

País	**Mecanismos de Integração**	**Resultados**	**Desafios**
Brasil	Acesso à CTPS; cursos de português (Pastoral do Migrante)	Integração formal parcial; 15% desemprego em 2024	Precarização laboral; discriminação (70% relatada)

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Chile	Apoio de ONGs; reunificação familiar (2025)	60% em empregos informais; guetização em Quilicura	Barreira linguística; falta de políticas públicas estruturadas
República Dominicana	Nenhum mecanismo estruturado; dependência da economia informal	Exclusão do sistema educacional e de saúde; apatridia	Discriminação racial; deportações massivas

Fonte: Elaboração própria a partir de OIM (2023; 2025); PASTORAL DO MIGRANTE (dados institucionais); IBGE (2024).

Os impactos das respostas institucionais variam significativamente. No Brasil, a regularização facilitou o acesso a direitos, mas a precarização e a xenofobia localizada (ex.: episódios em São Paulo, 2015) limitaram a inclusão plena. No Chile, a insegurança jurídica decorrente de políticas oscilantes aumentou a vulnerabilidade, com 40% dos haitianos em situação irregular em 2023 (OIM, 2023). A República Dominicana gera os piores impactos, com uma crise humanitária marcada por apatridia e deportações, que violam convenções internacionais de direitos humanos (ACNUR, 2025). A Tabela 3 resume os impactos:

TABELA 3: Impactos positivos e negativos das respostas institucionais à migração haitiana (Brasil, Chile e República Dominicana, 2010–2025)

País	**Impactos Positivos**	**Impactos Negativos**
Brasil	Regularização; acesso parcial a direitos trabalhistas	Precarização; discriminação (70% relatada); desemprego elevado pós-2023

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Chile	Entrada inicial; reunificação familiar (2025)	Insegurança jurídica; xenofobia (ex.: Iquique, 2021); 40% em situação irregular (2023)
República Dominicana	Nenhum impacto positivo significativo	Apatridia (200 mil); deportações (119 mil até 2025); violações de direitos humanos

Fonte: Elaboração própria com base em OIM (2023), ACNUR (2025), HRW (2015)

Essa análise revela que, embora situadas em um marco Sul-Sul, as respostas institucionais reproduzem mecanismos globais de hierarquização e marginalização herdados de dinâmicas coloniais. O Brasil, embora mais inclusivo, enfrenta desafios práticos que limitam a integração efetiva. O Chile, com sua instabilidade política, alterna entre avanços e retrocessos, enquanto a República Dominicana perpetua a exclusão estrutural, reforçando a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000).

Essas diferenças sugerem que a governança migratória no Sul global é fortemente influenciada por fatores históricos e raciais, conforme previsto por Hujo e Piper (2010). A ausência de coordenação regional, como acordos bilaterais ou intervenção da OEA, agrava os desafios. Por exemplo, a falta de políticas harmonizadas impede a proteção de direitos em trânsito, especialmente na fronteira Haiti-RD. Além disso, fatores como a crise climática (ex.: furacões no Haiti) e a pandemia de COVID-19, que reduziu empregos no Chile e Brasil, intensificaram a vulnerabilidade dos migrantes.

Em síntese, o Brasil se destaca por uma abordagem inicial de solidariedade, mas com limitações práticas; o Chile reflete instabilidade, com avanços recentes insuficientes; e a República Dominicana perpetua exclusão, com impactos humanitários graves. Essas respostas institucionais revelam a complexidade da migração Sul-Sul, que, embora distinta do Norte-Sul, reproduz desigualdades estruturais. O próximo capítulo proporá caminhos para uma governança

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

migratória mais inclusiva, considerando as lições desses casos e recomendações para políticas regionais e internacionais.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

CAPÍTULO III – INCLUSÃO SOCIAL E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO

3.1. Regularização e acesso a direitos (trabalho, saúde, educação)

A regularização migratória representa o primeiro passo para a inclusão social de migrantes nos países receptores, servindo como porta de entrada para o exercício dos direitos fundamentais como trabalho, saúde e educação. Esta parte, examina-se o acesso a esses direitos no Brasil, Chile e República Dominicana entre 2010 - 2023, incorporando atualizações até 2025, com ênfase em implementações práticas, barreiras interseccionais e impactos na integração socioeconômica. Evitando redundâncias com análises prévias de marcos legais gerais, o foco recai sobre aspectos operacionais, como burocracia cotidiana, efeitos diferenciados por gênero e raça, influências da pandemia de COVID-19 e as crises recentes no Haiti.

Fundamentada em dados de organizações como OIM, ACNUR e HRW, a análise revela que, apesar de avanços normativos em alguns contextos, a efetividade do acesso permanece condicionada por capacidades institucionais limitadas e dinâmicas sociopolíticas, frequentemente exacerbadas pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), que perpetua desigualdades raciais e de gênero. A estrutura aborda sequencialmente a regularização como pré-condição, seguida pelos direitos ao trabalho, saúde e educação, intercalando tabelas comparativas para elucidar padrões e discrepâncias nos três países.

A regularização migratória, enquanto processo inicial de inclusão, enfrenta desafios que vão além da mera emissão de documentos, impactando diretamente a capacidade dos haitianos de acessar à serviços essenciais. No Brasil, o visto humanitário, instituído em 2012, evoluiu com atualizações significativas em 2024-2025, como as novas regras de dezembro de 2024 que condicionam a emissão a apoio de patrocinadores comunitários, visando mitigar sobrecargas institucionais (ACNUR, 2025). Essa medida facilitou a regularização de aproximadamente 130 mil haitianos até 2023, com uma taxa de sucesso de 85% em renovações digitais via aplicativo Gov.br em 2025, reduzindo filas e custos administrativos (OIM BRASIL, 2025).

No entanto, barreiras persistentes incluem a exigência de comprovação de laços comunitários, que exclui migrantes isolados, e custos indiretos como tradução de documentos, afetando desproporcionalmente mulheres haitianas, que compõem 40% dos solicitantes e frequentemente enfrentam dupla vulnerabilidade devido a responsabilidades familiares

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

(REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS, 2022). Em pesquisa participativa do ACNUR com 218 refugiados, incluindo haitianos, 21% destacaram dificuldades em obter microcrédito para empreendimentos, recorrendo a agiotas e expondo-se a riscos financeiros (ACNUR, 2025).

No Chile, a regularização via Lei 21.325/2021 foi ampliada em 2025 para incluir vistos laborais com requisitos de renda mínima (US$ 500 mensais), beneficiando 20 mil haitianos em reunificações familiares, mas resultando em 35% de irregularidade em 2024 devido à burocracia pós-pandemia e critérios econômicos excludentes (HRW, 2025). Mulheres haitianas relatam maior dificuldade nesse processo, agravada por discriminação de gênero em consulados (OIM, 2025).

Na República Dominicana, a regularização é notoriamente ineficaz: o PNRE de 2014 regularizou apenas 7% dos haitianos até 2023, e a apatridia decorrente da Sentença TC/0168/13 continua a afetar 200 mil descendentes, com deportações alcançando 119 mil em 2025 (HRW, 2024; CIDH, 2025). Aqui, a discriminação racial impede o acesso a registros civis, com relatos de negação arbitrária baseada em "aparência haitiana", perpetuando um ciclo de exclusão que viola convenções internacionais como o Pacto de San José (CIDH, 2025) que estabelece a garantia e proteção de direitos humanos fundamentais na América.

Essas dinâmicas destacam que a regularização não é neutra, mas influenciada por intersecções de raça e gênero. No Brasil, por exemplo, haitianas enfrentam estigma adicional em processos administrativos, com relatos de tratamento prioritário a brasileiros, enquanto no Chile, a exigência de comprovantes econômicos desfavorece mulheres com menor inserção laboral (ACNUR, 2025). Na República Dominicana, a apatridia afeta gerações, com crianças haitianas nascidas no país negadas em registros, agravando vulnerabilidades familiares. A pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios: no Brasil, suspensões temporárias de processos em 2020-2021 elevaram a irregularidade em 15% entre haitianos; no Chile, o fechamento de consulados aumentou rotas irregulares; e na República Dominicana, deportações continuaram apesar de riscos sanitários (HRW, 2025). A Tabela 4 sintetiza as taxas de regularização e barreiras:

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

TABELA 4:Taxas de Regularização Migratória de Haitianos e Barreiras Interseccionais no Brasil, Chile e República Dominicana (até 2025)

País	**Taxa de Regularização (até 2025)**	**Barreiras Interseccionais (Gênero/Raça)**	**Impactos da Pandemia (2020-2023)**
Brasil	85% dos haitianos	Custos indiretos afetam mulheres; estigma racial	Suspensão de processos elevou irregularidade 15%
Chile	65% dos haitianos	Critérios econômicos desfavorecem mulheres; xenofobia racial	Fechamento consulados aumentou rotas irregulares
República Dominicana	7% dos haitianos	Discriminação racial em registros; apatridia afeta famílias	Deportações continuaram, ignorando riscos sanitários

Fonte: Elaboração própria a partir de OIM (2025); ACNUR (2025); HRW (2025); CIDH (2025); REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS (2022).

Esses dados, extraídos de relatórios recentes da OIM (2025), ACNUR (2025) e HRW (Relatório Mundial 2025, ilustram como a regularização condiciona o acesso subsequente a direitos fundamentais, com o Brasil oferecendo maior flexibilidade, mas ainda suscetível a desigualdades sistêmicas. Transitando para o direito ao trabalho, os migrantes haitianos contribuem substancialmente para as economias receptoras, mas enfrentam precarização exacerbada por irregularidade e discriminação. No Brasil, a regularização facilita inserção formal, com haitianos preenchendo 55% das vagas em setores industriais no Sul em 2024,

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

conforme índice de integração da OIM/IPL (0,39 para haitianos vs. 0,54 para venezuelanos), onde a dimensão econômica é baixa (0,36) devido a desemprego de 67% (OIM, 2023). Mulheres haitianas, com 57% desempregadas, concentram-se em serviços domésticos, enfrentando exploração agravada por gênero, como jornadas excessivas sem proteção sindical (REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS, 2022).

Relatos qualitativos do ACNUR destacam haitianas recorrendo a agiotas para iniciar empreendimentos, devido à falta de microcrédito acessível, expondo-as a dívidas cíclicas (ACNUR, 2025). A pandemia agravou isso, com perda de 30% dos empregos formais entre haitianos em 2020-2022, impulsionando informalidade em áreas como entrega por aplicativos (HRW, 2025). No Chile, o acesso ao trabalho depende de vistos laborais, com haitianos ocupando 25% das vagas em construção e comércio informal em Santiago, mas com informalidade atingindo 60% em 2023 (OIM, 2025).

O Programa de Mobilidade Laboral de 2025 beneficiou 5 mil Haitianos, mas requisitos de fluência em espanhol excluem muitos, especialmente mulheres que enfrentam assédio em empregos domésticos (HRW, 2025). Discriminação racial manifesta-se em contratações, com haitianos recebendo salários 20-30% inferiores em relação aos homens, e a xenofobia pós-2021 (ex.: protestos em Iquique) reduz oportunidades (STEFONI; SILVA, 2021). Na República Dominicana, o trabalho é quase exclusivamente informal, com 80% dos haitianos na agricultura, sujeitos a condições de semi-escravidão sem salário mínimo ou proteção (CIDH, 2025). A apatridia impede contratos formais, e deportações interrompem trajetórias, com relatos de tráfico humano em plantações, afetando desproporcionalmente mulheres expostas a violência sexual (HRW, 2024).

A análise interseccional revela padrões de exclusão: no Brasil, maior formalização (40% informalidade), mas precarização por raça; no Chile, transição para informalidade pós-restrições (60%); na República Dominicana, exclusão total (80%). Gênero agrava isso, com mulheres haitianas pontuando mais baixo no índice da integração (OIM, 2023), enfrentando dupla discriminação. A Tabela 5 resume o acesso ao trabalho, incorporando dados 2024-2025:

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

TABELA 5: Acesso ao Mercado de Trabalho de Migrantes Haitianos: Setores, Informalidade e Barreiras Interseccionais no Brasil, Chile e República Dominicana (até 2025)

País	**Setores Predominantes para Haitianos**	**Taxa de Informalidade (2023-2025)**	**Barreiras Interseccionais (Gênero/Raça)**
Brasil	Indústria (Sul), serviços domésticos	40%	Mulheres 57% desempregadas; estigma racial em contratações
Chile	Construção, comércio informal	60%	Assédio a mulheres; xenofobia racial pós-2021
República Dominicana	Agricultura (cana-de-açúcar)	80%	Violência sexual contra mulheres; tráfico humano racializado

Fonte: Elaboração própria com base em OIM (2023; 2025); HRW (2024; 2025); ACNUR (2025); STEFONI; SILVA (2021); CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO (2024).

Esses desafios são agravados pela falta de reconhecimento de qualificações, com haitianos formados no exterior subempregados, e pela pandemia, que reduziu oportunidades em serviços (CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, 2024). Recomendações incluem capacitação intercultural e políticas de cota para migrantes, como sugerido pelo ACNUR (2025), para fomentar empreendedorismo e mobilidade ascendente.

No direito à saúde, os haitianos enfrentam vulnerabilidades ampliadas por barreiras linguísticas e estigma, com acesso variando de universalidade teórica a exclusão prática. No

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Brasil, o SUS garante atendimento irrestrito, com 70% dos haitianos acessando UBS em 2025, mas subutilização persiste devido a idioma e discriminação, com relatos de tratamento prioritário a brasileiros (ACNUR, 2025).

Saúde mental é crítica, afetando 30% dos haitianos pós-deslocamento, agravada por traumas do terremoto e migração, com mulheres relatando maior impacto devido a violência doméstica (REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS, 2022). A pandemia elevou infecções em 25% entre haitianos devido a moradias precárias, mas campanhas de vacinação em 2024-2025 alcançaram 85% via interiorização (HRW, 2025). No Chile, o FONASA cobre 80% dos regularizados, mas 35% irregulares ficam excluídos, com sobrecarga em Santiago pós-pandemia limitando atendimentos (OIM, 2025).

A saúde mental é negligenciada, com suicídios relatados entre migrantes, e mulheres enfrentam barreiras em saúde reprodutiva devido à xenofobia (HRW, 2025). Em 2025, programas de intérpretes em hospitais beneficiaram 10 mil haitianos, mas insuficientes para a demanda. Na República Dominicana, o acesso é negado a indocumentados, com haitianos dependendo de ONGs, e apatridia impede inscrições públicas; taxas de infecção por COVID-19 foram 50% superiores em 2020-2023, com vacinas condicionadas a documentos (CIDH, 2025). Discriminação em hospitais é endêmica, com haitianos "últimos na fila", e mulheres expostas a riscos maiores em contextos de deportação (HRW, 2024).

Comparativamente, o Brasil oferece acesso universal, mas com subutilização; o Chile condiciona à regularização, com avanços em intérpretes; a República Dominicana exclui sistematicamente os Haitianos, agravando as crises. O gênero cruza com raça, com mulheres haitianas enfrentando estigma adicional em saúde mental. A Tabela 6 compara o acesso à saúde, com dados atualizados:

TABELA 6: Acesso à Saúde de Migrantes Haitianos: Cobertura, Taxas de Acesso e Barreiras Interseccionais no Brasil, Chile e República Dominicana (2025)

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

País	Cobertura Principal (2025)	Taxa de Acesso para Haitianos	Barreiras Interseccionais (Gênero/Raça)
Brasil	SUS universal	70%	Subutilização por idioma; estigma mental em mulheres
Chile	FONASA para regularizados	80%	Sobrecarga pós-pandemia; xenofobia em reprodutiva
República Dominicana	Negado a indocumentados	20%	Discriminação racial em hospitais; riscos para mulheres

Fonte: Elaboração própria a partir de ACNUR (2025); OIM (2025); HRW (2024; 2025); MDS (2023); REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS (2022).

A pandemia destacou desigualdades, com haitianos em moradias coletivas enfrentando maior exposição, e recomendações incluem treinamento intercultural para profissionais de saúde (OIM; MDS, 2023).

O acesso à educação é primordial para a quebra de ciclos da pobreza, mas haitianos enfrentam evasão, segregação e falta de suporte. No Brasil, a LDB garante matrícula universal, com 53% das crianças haitianas acessando ensino básico em 2025, mas evasão de 25% devido a bullying e ausência de bilinguismo (MJSP; OBMIGRA; ACNUR, 2025). Mulheres haitianas beneficiam-se de cursos técnicos, mas gênero afeta retenção, com jovens meninas relatando discriminação (REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS, 2022).

A Operação Acolhida em Roraima integrou 10 mil crianças em 2024-2025, mas lacunas em Boa Vista persistem devido a superlotação (STUDIES IN SOCIAL SCIENCES REVIEW, 2025). No Chile, educação pública alcança 45% das crianças haitianas em 2024, mas segregação

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

em periferias e barreiras linguísticas levam a 30% de evasão (HRW, 2025). Programas de espanhol em 2025 atenderam 10 mil, mas insuficientes para haitianos adultos buscando qualificação (OIM, 2025). Mulheres enfrentam maior evasão devido a responsabilidades domésticas. Na República Dominicana, apatridia exclui 80% das crianças haitianas, com negação de matrícula sem documentos, perpetuando analfabetismo. Discriminação racial em escolas é comum, com descendentes haitianos segregados ou expulsos (CIDH, 2025).

A comparação indica inclusão básica no Brasil, esforços linguísticos no Chile e exclusão total na República Dominicana. Interseções de gênero e raça agravam evasão, com meninas haitianas mais afetadas. A Tabela 7 resume o acesso à educação:

TABELA 7: Acesso à Educação Básica de Migrantes Haitianos: Inclusão, Evasão e Barreiras Interseccionais no Brasil, Chile e República Dominicana (2025)

País	**Acesso à Educação Básica (2025)**	**Taxa de Evasão**	**Barreiras Interseccionais (Gênero/Raça)**
Brasil	53%	25%	Bullying racial; retenção baixa em meninas
Chile	45%	30%	Segregação periférica; responsabilidades domésticas
República Dominicana	20%	80%	Apatridia racializada; expulsão de descendentes

Fonte: Elaboração própria com base em MJSP; OBMIGRA; ACNUR (2025); HRW (2025); STUDIES IN SOCIAL SCIENCES REVIEW (2025); CIDH (2025).

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Esses desafios, intensificados pela pandemia (fechamento de escolas elevou evasão em 20% no Chile e Brasil), demandam políticas como suporte bilíngue e anti-bullying (ACNUR, 2025).Em conclusão, a regularização e acesso a direitos revelam padrões assimétricos: Brasil com avanços práticos, Chile com oscilações e República Dominicana com exclusão estrutural. Barreiras interseccionais, agravadas pela pandemia e as crises haitianas recentes limitam a integração. Recomendações incluem engajamento comunitário, treinamento intercultural e participação de migrantes em políticas, alinhadas à coexistência pacífica (ACNUR, 2025). Esses achados reforçam a necessidade de abordagens holísticas para superar a colonialidade, pavimentando o caminho para o próximo subcapítulo sobre barreiras socioculturais e propostas de governança.

3.2. Barreiras Socioculturais, Linguísticas e Raciais

Se os capítulos anteriores dedicaram-se a mapear a arquitetura jurídica e os contornos macroestruturais das políticas migratórias , este subcapítulo adentra o território íntimo e social da experiência migrante. É no espaço do cotidiano, nas interações face a face, no acesso a um serviço de saúde, na busca por um emprego ou no simples ato de circular pela cidade, que a promessa da integração é posta à prova e, frequentemente, desfeita. A análise das barreiras socioculturais, linguísticas e raciais não é, portanto, um apêndice ao estudo da integração, mas o seu cerne. Elas constituem o que poderia ser chamado de "tecnologias da exclusão" – mecanismos informais, por vezes invisíveis aos registros oficiais, que operam de forma sutil e brutal para manter o migrante numa posição de alteridade e subalternidade. No contexto da migração haitiana para o Brasil, Chile e República Dominicana, essas barreiras não são meros acidentes de percurso, mas são cruzados com os legados históricos da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), que hierarquiza seres humanos com base em sua origem, cor da pele e cultura.

Enquanto a regularização documental pode ser conquistada por um ato administrativo, a integração sociocultural é um processo negociado, conflituoso e nunca linear. Ele ocorre na fratura entre o mundo que o migrante carrega consigo – sua *habitus (conjunto de disposições internalizadas que moldam as percepções, os pensamentos e as ações dos indivíduos, funcionando como um sistema flexível que é ao mesmo tempo influenciado pela estrutura social*

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

e que, por sua vez, influencia a forma como agimos), nos termos de Bourdieu – e o mundo que o recebe, nem sempre disposto a se transformar para acomodá-lo. Para a comunidade haitiana, este processo é atravessado por uma tríade de desafios interligados: a muralha linguística, que isola e silencia; o preconceito racial, que inferioriza e segrega; e as diferenças socioculturais, que são constantemente lidas como deficiências a serem superadas, e não como contribuições a serem valorizadas. Através de uma análise comparativa, este tópico demonstrará como, embora se manifestem de formas distintas em cada contexto nacional, essas barreiras convergem para reproduzir a vulnerabilidade dos haitianos, desafiando a retórica da solidariedade Sul-Sul e expondo as limitações de um acolhimento que se restringe ao plano legal, sem se efetivar no plano humano.

A língua aparece como uma muralha invisível, é muito mais do que um instrumento de comunicação; é a força motriz da cultura, o mediador das relações sociais e a chave para a autonomia em um novo país. Para os haitianos, cuja língua materna é o crioulo haitiano (Kreyòl ayisyen) e que, em sua maioria, têm o francês como língua de escolarização, o encontro com o português no Brasil e com o espanhol no Chile representa um dos obstáculos mais imediatos e desgastantes. Na República Dominicana, embora o espanhol seja também a língua oficial, a dinâmica de exclusão é tão profunda que a barreira linguística é usada como mais um instrumento de demarcação e segregação.

No Brasil, a política do visto humanitário facilitou a entrada, mas não garantiu a ponte linguística necessária para a travessia social. A chegada ao país é, para muitos, um mergulho em um universo de sons incompreensíveis. Estudos como os de Pachi (2021) evidenciam que a incapacidade de se comunicar em português é o principal fator de confinamento dos haitianos a empregos precários e informais. Um engenheiro, um professor ou um técnico de enfermagem haitiano vê suas qualificações tornarem-se invisíveis diante da dificuldade em articular frases em uma entrevista de emprego. Eles são, então, direcionados em massa para os frigoríficos do Sul, para os canteiros de obras das grandes cidades ou para os serviços de limpeza – setores onde o trabalho físico suplanta a necessidade de comunicação complexa, mas onde a exploração encontra terreno fértil.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Aprender português torna-se uma estratégia de sobrevivência, mas o Estado brasileiro, com raras exceções de iniciativas municipais ou de organizações da sociedade civil como a Pastoral do Migrante, falhou em oferecer programas de ensino de língua portuguesa como política pública nacional, sistemática e acessível. O migrante é deixado à própria sorte, dependendo da boa vontade de voluntários, da convivência no trabalho – onde muitas vezes aprende um português funcional, limitado ao vocabulário das tarefas laborais – ou do esforço solitário com aplicativos e dicionários. Essa barreira tem um impacto intenso na saúde: como relataram profissionais de saúde em São Paulo, haitianos evitam procurar postos de saúde por não conseguirem descrever seus sintomas, postergando tratamentos e agravando condições médicas. Na escola, as crianças haitianas, embora tenham o direito à matrícula garantido por lei, enfrentam o duplo desafio de aprender o conteúdo curricular e a língua ao mesmo tempo, frequentemente sem qualquer suporte de educação bilíngue. O resultado, como apontam dados do Ministério da Educação analisados pelo ACNUR (2025), é uma taxa de evasão escolar que chega a 25%, alimentada pela frustração e pelo bullying de colegas que ridicularizam seu sotaque ou sua dificuldade de expressão.

No Chile, o cenário é análogo, mas agravado pela trajetória oscilante das políticas migratórias. Durante o período de abertura, a chegada de haitianos foi maciça, mas não foi acompanhada por uma infraestrutura de acolhimento linguístico. O espanhol chileno, com seu sotaque característico e seu vasto repertório de modismos e gírias (o "chileno"), apresenta um desafio adicional. Muitos haitianos que chegaram com visto de turista encontravam-se impossibilitados de acessar cursos formais de espanhol antes de já precisarem ingressar no mercado de trabalho para subsistir. A barreira linguística os confinou a nichos laborais similares aos do Brasil: construção civil, serviços de limpeza e, para as mulheres, o trabalho doméstico. A precarização é tal que, mesmo após anos no país, muitos permanecem com um domínio limitado do idioma, o que os impede de crescer profissionalmente, de compreender seus direitos trabalhistas e de participar plenamente da vida cívica.

Sob o governo de Gabriel Boric, houve um reconhecimento tardio desse problema, com a implementação de programas de ensino de espanhol. No entanto, como indica a OIM (2025), a cobertura ainda é insuficiente, alcançando apenas uma fração da população haitiana adulta. A língua, neste contexto, atua como um marcador social perverso: o sotaque haitiano ao falar

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

espanhol torna-se um estigma audível, um sinalizador imediato de estrangeiridade que pode acionar comportamentos discriminatórios em lojas, hospitais e no trato com a burocracia estatal.

Já na República Dominicana, a barreira linguística adquire um caráter explicitamente político e racial. O crioulo haitiano é não apenas uma língua diferente, mas é associado ao "outro" indesejado, ao vizinho historicamente antagonizado. O fato de muitos haitianos, especialmente os que trabalham nas *bateyes (campo de cana de açucar)* e em zonas rurais, não falarem espanhol fluentemente, é usado para reforçar narrativas de incompatibilidade cultural e de suposta inferioridade. A língua torna-se uma fronteira simbólica que justifica a exclusão. Em hospitais e escolas, a falta de intérpretes ou de qualquer acomodação linguística é a regra, não a exação. Crianças dominicanas de ascendência haitiana, que muitas vezes falam crioulo em casa, são colocadas em desvantagem imediata no sistema educacional espanholófono, e o fracasso escolar é, subsequentemente, atribuído a uma suposta falta de capacidade, e não à falta de suporte estatal. Esta barreira, intencionalmente não superada, é um dos pilares da exclusão estrutural que mantém a população haitiana e seus descendentes à margem da cidadania plena.

Se a língua é uma barreira a ser transposta, o racismo é um muro a ser demolido. A experiência haitiana na América Latina é intensamente marcada pelo que a teórica afro-diaspórica Lélia Gonzalez chamaria de "enraizamento colonial": a persistência de um imaginário social que associa negritude à subalternidade. A colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) opera aqui de maneira visível, atualizando nas relações cotidianas as hierarquias raciais forjadas no período colonial. O haitiano, por ser majoritariamente negro e por carregar o estigma de ser cidadão da nação mais pobre das Américas, é alvo de um racismo que é, ao mesmo tempo, estrutural e interpessoal.

No Brasil, país que forjou o mito da "democracia racial", o racismo contra os haitianos desnuda as contradições dessa narrativa. Eles enfrentam um duplo preconceito: por serem negros em uma sociedade que, embora majoritariamente não branca, mantém assimetrias raciais; e por serem estrangeiros, imersos na condição de **"hiper-negros"** – termo que designa a hipervisibilidade e a hiperestigmatização da negritude estrangeira, percebida como mais ameaçadora, mais "primitiva" ou mais "estrangeira" do que a negritude nacional. Nesse contexto, o haitiano não é apenas negro, mas um negro exacerbado, cuja origem caribenha e condição

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

migratória amplificam os estereótipos raciais já existentes, tornando-o alvo de um racismo mais agressivo e desumanizante do que aquele direcionado a brasileiros negros. Essa "hiper-negritude" justifica, por exemplo, a relegação sistemática a trabalhos braçais, a desconfiança policial desproporcional e a exclusão simbólica em espaços públicos.

. Nos mercados de trabalho, isso se traduz em uma segmentação racializada. Empregadores, consciente ou inconscientemente, associam o trabalhador haitiano à força bruta, destinando-o aos postos mais arduosos, insalubres e mal remunerados, enquanto reservam posições que exigem maior interação com o público ou maior qualificação percebida para brancos ou mesmo para outros migrantes considerados "mais próximos", como alguns sul-americanos.

A pesquisa de Baeninger et al. (2016) é elucidativa ao documentar relatos de haitianos que, mesmo com formação superior, são sistematicamente preteridos em entrevistas de emprego. Sua cor e sua origem funcionam como um "teto de concreto" que limita suas ambições. Para as mulheres haitianas, o peso é triplo: são negras, migrantes e mulheres. No mercado de trabalho doméstico, são superexploradas, sujeitas a jornadas exaustivas, assédio moral e sexual, e a uma profunda solidão, confinadas no espaço privado dos lares onde trabalham. Fora do ambiente laboral, o racismo se manifesta no cotidiano: são seguidos por seguranças em shoppings, revistados com mais frequência pela polícia, e alvo de olhares de desconfiança e comentários depreciativos no transporte público. A experiência de ser interpelado como "o haitiano" – e não como um indivíduo com nome e história – é uma constante que corrói a autoestima e reforça seu lugar à margem.

No Chile, um país com uma autoimagem fortemente ancorada em uma identidade europeizada e uma histórica homogeneidade racial, a chegada dos haitianos funcionou como um espelho que refletiu um racismo latente, mas até então pouco discutido publicamente. O haitiano, com sua negritude inegável, tornou-se o alvo preferencial de uma xenofobia que rapidamente se racializou. Como argumentam Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015), a matriz de inclusão chilena para estes migrantes é profundamente marcada pelo racismo, que os designa como "racial e culturalmente distintos" para justificar sua subordinação.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

A mídia chilena teve um rol crucial na construção desse estereótipo. Notícias que associam haitianos à criminalidade, mesmo sem dados robustos que sustentem essa ligação, e uma cobertura sensacionalista que enfatiza suas condições de vida precárias, contribuíram para a formação de um imaginário coletivo que os vê como uma ameaça à ordem social e à "chilenidade". Os protestos em Iquique em 2021, onde moradores queimaram pertences de migrantes, muitos deles haitianos, são a face mais visível e brutal desse racismo. No dia a dia, isso se traduz em dificuldades para alugar um imóvel (com frases como "não alugamos para haitianos" sendo comuns), em negativa de emprego aberta baseada na aparência, e no que se convencionou chamar de "guetização" – a concentração em bairros periféricos como Quilicura, em Santiago, onde, embora encontrem uma rede de apoio comunitário, também enfrentam a segregação espacial e a negligência do poder público. O racismo no Chile é, portanto, uma barreira que opera tanto no nível discursivo e midiático, construindo a figura do "outro" indesejado, quanto no nível prático, impedindo o acesso à cidade e aos direitos.

Na República Dominicana, o racismo anti-haitiano não é uma patologia social oculta, mas um princípio organizador da nacionalidade. A identidade dominicana foi construída em oposição deliberada à haitiana, negando as raízes africanas compartilhadas e enfatizando um legado hispânico e indígena, muitas vezes mitificado. O haitiano é o "outro" absoluto, cuja presença é considerada uma contaminação do corpo nacional. Este racismo de Estado, herdado do massacre de Perejil e da ditadura de Trujillo, foi juridicamente consolidado pela Sentença TC/0168/13, que, ao retirar a cidadania de descendentes de haitianos, operou uma "limpeza racial" por meio da lei.

Neste contexto, a barreira racial é total e violenta. O simples fato de "parecer haitiano" – ter a pele mais escura, traços fenotípicos mais marcadamente africanos – é suficiente para ser parado pela polícia, ser alvo de deportações sumárias, ter o acesso a um hospital negado ou ver o registro do seu filho recusado. É um racismo que nega a própria humanidade do haitiano, reduzindo-o a uma mera força de trabalho descartável, necessária para a economia, mas rejeitada pela sociedade. As deportações em massa são a expressão máxima desse racismo institucionalizado: elas não visam apenas expulsar indivíduos em situação irregular, mas purificar simbolicamente o território nacional de uma presença considerada impura. Para os haitianos e seus descendentes, viver na República Dominicana é viver sob a ameaça constante de

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

ser caçado pela sua aparência, um estado de exceção permanente que torna qualquer projeto de integração ou de vida digna uma impossibilidade prática.

Para além da língua e da raça, as diferenças culturais constituem um terceiro eixo de desafios. A integração é frequentemente pensada como um processo de mão única, no qual o migrante deve abandonar suas referências culturais para assimilar as do país de acolhimento. Essa expectativa de assimilação, no entanto, ignora o carácter dinâmico e dialógico da cultura e desconsidera o valor das tradições que os migrantes trazem consigo. Para os haitianos, práticas religiosas, hábitos alimentares, formas de sociabilidade e concepções de família e saúde tornam-se, ao mesmo tempo, âncoras de resistência identitária e fontes de estranhamento e conflito.

No Brasil, a religiosidade haitiana, que frequentemente mescla o catolicismo com tradições do vodou, é um exemplo marcante. Enquanto a umbanda e o candomblé, religiões de matriz africana, também enfrentam intolerância no Brasil, o vodou é ainda mais estigmatizado, associado a imagens midiáticas negativas de "feitiçaria" e "magia negra". Muitos haitianos optam por esconder ou praticar discretamente suas crenças para evitar discriminação, o que representa uma violência simbólica, uma negação de uma parte fundamental de sua identidade. Por outro lado, em cidades como São Paulo, a criação de espaços como a União Social dos Imigrantes Haitianos permitiu a organização de festas e celebrações que recriam um pedaço do Haiti no Brasil. A gastronomia é outro campo de tensão e apropriação. Pratos tradicionais como o *diri ak djon djon* (arroz com cogumelos negros) ou o *griot* (porco frito marinado) são inicialmente vistos com estranheza, mas aos poucos vão conquistando espaço, seja através de pequenos restaurantes, seja em feiras multiculturais. Esta "culinária diaspórica" torna-se um ato de resistência e uma forma de educar o paladar brasileiro para a complexidade da cultura haitiana, desafiando a visão reducionista que associa o Haiti apenas à pobreza e ao desastre.

No Chile, uma sociedade mais conservadora e com menos tradição de miscigenação, o estranhamento cultural pode ser ainda mais agudo. A cultura haitiana, com sua música compassada, suas cores vibrantes e sua religiosidade expressiva, choca-se com um ethos cultural mais contido. A sociabilidade haitiana, muitas vezes centrada na família extensa e em redes comunitárias solidárias, contrasta com um individualismo mais marcante na sociedade chilena

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

urbana. Este choque é frequentemente interpretado, do lado chileno, como uma falta de vontade de se "integrar". O que se espera, na verdade, é uma assimilação que apague as marcas da diferença. As mulheres haitianas, por exemplo, podem ser criticadas por suas formas de vestir ou por seus cuidados com os filhos, vistos como "excessivos" ou "inadequados" pelos padrões locais. A criação de espaços próprios, como igrejas evangélicas haitianas ou associações comunitárias, é uma resposta a esse ambiente por vezes hostil. São ilhas de familiaridade em um mar de estranhamento, onde se pode ser haitiano sem precisar se explicar ou se defender.

Na República Dominicana, o encontro cultural é completamente negado pela lógica da segregação. Não há diálogo cultural possível onde um dos lados é sistematicamente inferiorizado e sua cultura, considerada inferior e perigosa. Práticas culturais haitianas são ativamente suprimidas e estigmatizadas. Celebrar uma festa tradicional, falar crioulo em voz alta ou praticar o vodou são atos que podem atrair violência e represálias. A política dominicana é a de apagamento cultural: a assimilação é imposta não como um caminho para a cidadania, mas como uma condição para uma existência menos precária, uma existência que, no entanto, nunca será plena devido à barreira racial intransponível. A cultura haitiana na República Dominicana sobrevive na clandestinidade, nos interstícios dos *bateyes* e nas cozinhas das casas, como um ato de resistência silenciosa contra um projeto nacional que pretende negar sua própria existência.

Por fim, a análise comparativa das barreiras socioculturais, linguísticas e raciais enfrentadas pelos haitianos no Brasil, Chile e República Dominicana deixa claro que a integração é um processo muito mais complexo do que a mera regularização migratória. Enquanto o Brasil oscila entre uma retórica de acolhimento e uma prática que mantém os haitianos em posições subalternas, o Chile revela os limites da tolerância em uma sociedade que se descobre diversa de forma abrupta e conflituosa. A República Dominicana, por sua vez, exemplifica o caso extremo onde a exclusão é um projeto de Estado, sustentado por um racismo histórico e institucionalizado. Em comum, os três contextos demonstram que a colonialidade do poder continua a estruturar as relações sociais na América Latina, atribuindo lugares distintos e desiguais a grupos racializados. O haitiano, na geopolítica simbólica da região, ocupa o lugar do "outro" por excelência: negro, pobre e falante de uma língua não ibérica. Sua presença desafia as nações receptoras a confrontarem seus próprios fantasmas coloniais – o mito da democracia

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

racial no Brasil, o sonho da europeidade no Chile, a farsa da hispanidade na República Dominicana.

3.3. Propostas e Perspectivas de Políticas Migratórias para uma Governança Migratória mais Inclusivas

A análise até aqui não se esgota no diagnóstico dos problemas. Ela impõe, como imperativo ético e político, a tarefa de projetar alternativas. Como foi mencionado anteriormente as barreiras socioculturais, linguísticas e raciais são, como, "tecnologias da exclusão" tem seu rais na colonialidade do poder, então a construção de uma governança migratória verdadeiramente inclusiva exige mais do que ajustes técnicos; exige uma virada epistêmica e política. É necessário passar de uma lógica de gestão de fluxos – que vê o migrante como um problema a ser controlado, um número a ser distribuído ou uma ameaça a ser contida – para uma lógica de hospitalidade política – que o reconhece como um sujeito de direitos, um agente de transformação social e um parceiro na construção de sociedades mais plurais e justas.

Este tópico não pretende oferecer um receituário ingénuo, mas sim um conjunto de propostas e perspectivas estratégicas, ancoradas na realidade dos casos estudados e orientadas por princípios de direitos humanos, justiça social e cooperação regional. O objetivo final é esboçar os contornos de um novo paradigma para a migração Sul-Sul, um que possa honrar, finalmente, a promessa de solidariedade que tantas vezes ressoa nos discursos, mas que raramente se materializa na vida daqueles que buscam refúgio e dignidade.

O primeiro eixo de ação reside na reestruturação das políticas domésticas. A experiência haitiana demonstra que vistos humanitários ou leis migratórias progressistas são necessários, mas insuficientes. É preciso ir além, desmontando ativamente os mecanismos de exclusão. A superação da barreira linguística não pode ser deixada à sorte ou à caridade. É dever do Estado garantir o acesso ao idioma local como uma ferramenta de autonomia e cidadania. Propõe-se a criação de programas nacionais de ensino de línguas de acolhimento, universais e gratuitos, baseados numa metodologia intercultural que vá além da gramática para incorporar noções de direitos e valorizar a cultura de origem, associando-se ainda a cursos de capacitação profissional para criar rotas efetivas de inserção laboral qualificada.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Como bem assinala Pachi (2021), a "aquisição da língua portuguesa não é apenas uma questão de comunicação, mas uma estratégia central de inserção social e de disputa por direitos". Paralelamente, o racismo não será vencido com campanhas publicitárias pontuais. São necessárias medidas concretas como a formação obrigatória em relações étnico-raciais e xenofobia para todos os servidores públicos, da saúde à segurança, a criação de ouvidorias especializadas com protocolos claros de apuração de denúncias, e a implementação de ações afirmativas que incentivem a contratação e promoção de migrantes negros para além dos nichos precários.

Esta abordagem é urgente para desmontar o que Rojas Pedemonte, Amode e Vásquez Rencoret (2015) identificam como "matrizes de inclusão" que, na prática, subordinam e excluem os migrantes racializados. A escola, por sua vez, deve ser o espaço por excelência para a desconstrução de estereótipos, através da revisão curricular para incluir de forma transversal a história e a cultura do Haiti e da diáspora africana, assegurando ao mesmo tempo suporte bilíngue e psico especializado para as crianças migrantes e criando projetos que envolvam suas famílias como parceiras no processo educativo. É uma forma de combater a "evasão escolar de 25%" identificada pelo ACNUR (2025), que tem no bullying e na falta de suporte às suas causas primárias.

Enquanto os Estados nacionais erguem muros – físicos e burocráticos –, são nas cidades que a vida acontece. A escala local oferece oportunidades únicas para políticas mais ágeis, sensíveis e eficazes. Os municípios, especialmente os polos de atração migratória, devem desenvolver planos intersetoriais de acolhimento e integração, articulando secretarias de saúde, educação, assistência social e cultura. A criação de centros de referência para o migrante, espaços físicos que ofereçam orientação jurídica, encaminhamento laboral, apoio psicológico e informações de forma integrada, é um passo fundamental.

É preciso também combater a segregação espacial com políticas de habitação inclusiva que enfrentem a discriminação no aluguel e incluam os migrantes em programas sociais. Para além de vê-los apenas como mão-de-obra, as cidades podem apoiar os migrantes como agentes económicos, fomentando o empreendedorismo e a economia solidária através de linhas de microcrédito acessíveis e do apoio a feiras multiculturais e rotas gastronómicas que transformem

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

a diversidade cultural em ativo econômico e turístico. Crucialmente, a voz do migrante deve ser ouvida não como súplica, mas como contribuição. Isso implica criar ou fortalecer conselhos municipais de imigração com assentos paritários para representantes das comunidades migrantes, garantindo sua participação na formulação das políticas, e valorizar financeiramente o trabalho indispensável das associações comunitárias, que são a primeira linha de apoio e resiliência. Esta governança multinível, como sugere Geddes e Scholten (2016), é fundamental para contextualizar respostas e evitar que políticas nacionais bem-intencionadas fracassem na implementação local.

Contudo, a diáspora haitiana é um fenômeno transnacional que exige respostas transnacionais. A fragmentação atual, onde cada país age de forma isolada – quando não em oposição aos seus vizinhos, como no caso extremo da República Dominicana –, é disfuncional e desumana. A solidariedade Sul-Sul precisa ser institucionalizada para além das declarações de boa vontade. É imperativa a criação de um estatuto regional de proteção para haitianos e haitianas, negociado no âmbito de organismos como a CELAC ou o Mercosul, que estabeleça diretrizes comuns para acolhida, regularização e integração, harmonizando procedimentos e garantindo um piso mínimo de direitos em todos os países signatários. Este instrumento poderia prever vistos humanitários regionais e um sistema de partilha de responsabilidades que evite a saturação de um único país, transformando a rota migratória numa rede de proteção, e não num circuito de vulnerabilidades acumuladas.

Como defendem Hujo e Piper (2010), a cooperação Sul-Sul em migrações deve visar a "proteção social e o desenvolvimento", e não apenas a mera gestão de corpos. Além disso, é fundamental estabelecer mecanismos regionais de monitoramento e prestação de contas, nos quais os estados sejam avaliados periodicamente por instâncias independentes quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de direitos humanos dos migrantes. A cooperação técnica e financeira entre os países também é vital, permitindo a troca de boas práticas, a formação conjunta de funcionários públicos e a criação de fundos regionais para financiar programas de integração local, assegurando que a solidariedade tenha lastro orçamentário e não seja apenas uma bela palavra em documentos esquecidos.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

Em última análise, as propostas aqui delineadas convergem para um único princípio: a necessidade de um acolhimento radical. Radical porque vai à raiz do problema, que é a persistência de estruturas coloniais de pensamento e poder que negam a plena humanidade do outro. A migração haitiana, em sua dor e em sua resiliência, interpela as sociedades latino-americanas a se repensarem. Ela questiona o mito da democracia racial no Brasil, a autoimagem europeizada do Chile, a farsa da hispanidade na República Dominicana. Acolher de forma radical significa, portanto, encarar esse espelho e decidir construir uma identidade regional que não seja fundada na exclusão, mas na convivência na diferença. Significa entender que a integração não é um favor que se faz ao migrante, mas um processo dialógico de enriquecimento mútuo, que fortalece a democracia ao ampliar o círculo de cidadania. O futuro da governança migratória na América Latina dependerá da coragem para operar esta transformação, substituindo a lógica do controle pela ética do cuidado, e a gramática da segurança pela linguagem dos direitos. Só assim, então a travessia haitiana, marcada por tantas perdas, poderá encontrar, finalmente, um porto seguro de dignidade e pertença.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar, de forma comparativa, as políticas migratórias adotadas pelo Brasil, Chile e República Dominicana em resposta aos fluxos migratórios haitianos entre 2010 e 2023. Ao final deste percurso, confirma-se plenamente a hipótese central que orientou a pesquisa: as respostas institucionais desses três países, embora inseridas no contexto da migração Sul-Sul, foram profundamente distintas, refletindo suas particularidades históricas, capacidades institucionais e, de modo crucial, os legados persistentes da colonialidade do poder. Longe de constituírem um bloco homogêneo de solidariedade, Brasil, Chile e República Dominicana configuraram um verdadeiro laboratório de abordagens à mobilidade humana, que variaram da abertura humanitária à exclusão estrutural.

A análise empreendida nos capítulos anteriores demonstrou que o Brasil posicionou-se com um marco normativo pioneiro e inclusivo, materializado no visto humanitário e na Lei de Migração de 2017. No entanto, a promessa de integração esbarrou em obstáculos práticos e sistêmicos: a precarização laboral, as barreiras linguísticas não superadas por políticas públicas efetivas e um racismo estrutural que confinou milhares de haitianos a uma cidadania de segunda classe. O caso brasileiro evidencia o abismo que pode separar o avanço legal da efetivação concreta de direitos.

O Chile, por sua vez, oferece o exemplo de uma trajetória marcada pela oscilação e pela reação. Sua fase inicial de abertura, atraída pela estabilidade econômica e pela demanda por mão de obra, deu lugar a um rápido endurecimento securitário perante o aumento dos fluxos e a pressões xenófobas internalizadas. A guinada restritiva, culminando na Lei de Migração de 2021, revelou os limites da aceitação social em um país com uma autoimagem homogênea e desvelou um racismo latente que transformou a diferença cultural e fenotípica em justificativa para a subordinação.

Por fim, a República Dominicana apresentou o caso mais extremo e paradigmático, onde a política migratória se confunde com um projeto nacional de exclusão. A análise da Sentença TC/0168/13, do Plano Nacional de Regularização e das deportações em massa deixou claro que o Estado dominicano opera uma maquinaria de negação de direitos, sustentada por tensões históricas e por um anti-haitianismo racializado que converte descendentes de haitianos em

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

apátridas em seu próprio país de nascimento. Aqui, a colonialidade do poder não é uma herança sutil, mas um princípio organizador ativo da governança migratória.

Em comum, os três casos demonstram que a integração plena dos migrantes haitianos foi sistematicamente frustrada por tecnologias da exclusão que operam para além da esfera legal. As barreiras linguísticas, o racismo interpessoal e institucional, e a invisibilização das contribuições culturais haitianas atuaram como mecanismos eficazes de manutenção de hierarquias sociais. Dessa forma, este estudo reforça que a migração Sul-Sul, longe de ser imune às assimetrias globais, pode reproduzi-las em escala regional, desafiando narrativas idealizadas de solidariedade automática entre nações do Sul global.

Este trabalho, por sua natureza documental e analítica, não esgota as possibilidades de investigação sobre o tema. Pesquisas futuras poderiam lançar mão de metodologias etnográficas para captar, a partir da voz dos próprios migrantes, as nuances de suas experiências de integração e resistência. Ademais, um acompanhamento longitudinal das políticas aqui analisadas será fundamental para avaliar os desdobramentos recentes, especialmente no contexto da crise humanitária haitiana pós-2021 e das mudanças de governo nos países receptores.

Conclui-se, portanto, que a experiência da diáspora haitiana no Brasil, Chile e República Dominicana funcionou como um espelho que refletiu não apenas as capacidades e limitações institucionais de cada país, mas também suas feridas históricas não sanadas e seus projetos de nação em conflito. A construção de uma governança migratória verdadeiramente inclusiva na América Latina exigirá mais do que ajustes legais; demandará um enfrentamento corajoso do racismo e da colonialidade, e a adoção de uma ética do acolhimento radical que veja no migrante não um problema a ser gerido, mas um sujeito de direitos e um agente transformador de sociedades mais justas e pluralistas.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Estudo sobre recomendações e desafios vivenciados por pessoas refugiadas no Brasil. Brasília: ACNUR Brasil, 2025.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Estudo sobre recomendações e desafios vivenciados por pessoas refugiadas no Brasil. Brasília: ACNUR Brasil, 2024.

AFL-CIO; GLOBAL RIGHTS. Discrimination and denationalization in the Dominican Republic. Washington, D.C.: AFL-CIO, 2015. Disponível em: https://aflcio.org/sites/default/files/2017-03/July2015_DominicanRepublicReport_nb_0.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9, s.d.

AUDEBERT, C. A geodinâmica recente da migração haitiana nas Américas: refugiados ou migrantes econômicos? Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 1, p. 55-71, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/5QzX7KxL5J8Q8QwZxJ8QwQw/. Acesso em: 22 mar. 2025.

BAENINGER, R. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Lima, Peru, 12-15 ago. 2014.

BAENINGER, R.; PERES, R. A. Haitianos no Brasil: entre a emergência e a construção de um fluxo migratório. Cadernos OBMigra, v. 3, n. 2, p. 37-60, 2017. Disponível em: https://www.obmigra.org.br/publicacoes. Acesso em: 5 abr. 2025.

BAENINGER, R. et al. Imigração Haitiana no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508144891.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

BRASIL. Resolução Normativa nº 97, Conselho Nacional de Imigração. Dispõe sobre a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

CANO, I.; SOARES, B. Q. Migração haitiana e crise econômica: permanência, circularidade ou reemigração? Revista Brasileira de Migração Internacional, v. 8, n. 2, p. 89-110, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RBMI/article/view/28757. Acesso em: 5 abr. 2025.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. A era das migrações: movimentos internacionais de população no mundo moderno. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília: OBMigra, 2015.

CENEM (Centro de Estudios Nacionales de Migraciones). Haitianos en Chile: integración laboral, social y cultural. Talca: Universidad de Talca, 2017.

CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). Preliminary observations from the IACHR's visit to the Dominican Republic. Washington, D.C.: OEA, 2013. Disponível em: https://www.oas.org/en/iachr/media_center/preleases/2013/097a.asp. Acesso em: 20 set. 2025.

CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). Relatório Anual 2025: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Washington: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (OEA). Preliminary observations from the IACHR's visit to the Dominican Republic. Washington, D.C.: OEA, 2013. Disponível em: https://www.oas.org/en/iachr/media_center/preleases/2013/097a.asp. Acesso em: 20 set. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Case of expelled Dominicans and Haitians (Yean and Bosico children v. Dominican Republic). San José: Corte IDH, 2005. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_282_ing.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO. Imigração e refúgio na América Latina: desafios e perspectivas. v. 16, n. 3, 2024.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

DOÑA-REVECO, C. How Chile's Welcome Turned Sour. Mixed Migration Review, 2024. Disponível em: https://mixedmigration.org/chiles-response-to-migration/. Acesso em: 3 set. 2025.

DUBOIS, L. Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

DUTRA, D. et al. A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal. Brasília: OBMigra, 2015.

EL PAÍS BRASIL. O êxodo silencioso dos haitianos na América Latina. 10 ago. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-10/o-exodo-silencioso-dos-haitianos-na-america-latina.html. Acesso em: 22 mar. 2025.

FARMER, P. Haiti After the Earthquake. New York: PublicAffairs, 2011.

FERGUSON, J. Migration in the Caribbean: Haiti, the Dominican Republic and beyond. London: Minority Rights Group International, 2003. Disponível em: https://minorityrights.org.

FIGUERAS, L. Haití roto: catástrofe y colonialidad en el país del primer grito. Buenos Aires: Tinta Limón, 2024.

FIGUERAS, M. P. La Cooperación Internacional al Desarrollo en Haití: ¿Ha contribuido la comunidad internacional al fracaso de Haití como Estado de Derecho? Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2024.

FLECK, I.; FOREQUE, F. Brasil concederá status de residente permanente a 44 mil haitianos. Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704865-brasil-concedera-permanencia-a-45-mil-haitianos-que-chegaram-desde-2010.shtml. Acesso em: 22 mar. 2025.

FRANCISCO, W. de C. O terremoto no Haiti. Brasil Escola, 2015. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/o-terremoto-no-haiti.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

GEDDES, A.; SCHOLTEN, P. The politics of migration and immigration in Europe. London: Sage, 2016.

GELLINEAU, A. L. Geografia do Caribe: aspectos físicos e humanos. São Paulo: Contexto, 2012.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

GEORGETOWN UNIVERSITY HUMAN RIGHTS INSTITUTE. Left behind: how statelessness in the Dominican Republic limits children's access to education. Washington, D.C.: Georgetown University, 2018.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANDERSON, J. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. Brasília: OBMigra, 2015.

HERNÁNDEZ, P. Cooperation in migration governance: lessons from south-south partnerships. Geneva: IOM Publications, 2021.

HRW (Human Rights Watch). Expelled and excluded: statelessness and the campaign against Haitians and Dominicans of Haitian descent in the Dominican Republic. New York: HRW, 2015. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2015/10/01/expelled-and-excluded/statelessness-and-campaign-against-haitians-and. Acesso em: 20 set. 2025.

HRW (Human Rights Watch). Relatório Mundial 2024: Brasil. Nova York: Human Rights Watch, 2024.

HRW (Human Rights Watch). Relatório Mundial 2025: Brasil, Chile e República Dominicana. Nova York: Human Rights Watch, 2025.

HUJO, K.; PIPER, N. South-South migration: implications for social policy and development. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Case of expelled Dominicans and Haitians (Yean and Bosico children v. Dominican Republic). San José: Corte IDH, 2005. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_282_ing.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

JAMES, C. L. R. The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution. New York: Vintage Books, 2010.

JAMES, E. C. Democratic insecurities: violence, trauma, and intervention in Haiti. Berkeley: University of California Press, 2010.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

JOSEPH, H. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações, Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, J. C. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. SciELO Brazil, 2014.

MAMED, L. H. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais Sul-Sul. In: Migrações Sul-Sul, p. 65-93, 2018.

MARCELIN, L. H. Haiti's wounded cities: the impact of the 2010 earthquake on Port-au-Prince and Léogâne. Urban Studies, 2015.

MARTÍNEZ, J.; ORREGO, C. Migración haitiana en Chile: desafíos para la inclusión. Revista de Estudios Sociales, 2019. Disponível em: https://www.scielo.org. Acesso em: 3 set. 2025.

MARTÍNEZ, S. The onion of oppression: Haitians in the Dominican Republic. In: JACKSON, R. O. (Ed.). Geographies of the Haitian Diaspora. New York: Routledge, 2011. p. 51-70.

MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL. Dominico-Haitians in the Dominican Republic. London: MRG, 2023. Disponível em: https://minorityrights.org/communities/dominico-haitians/. Acesso em: 23 set. 2025.

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública); OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais); ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Relatório Anual Refúgio em Números. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.

MORAES, J. C. S. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 1157-1166, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/3YPnvszHvbSWHmJWLbPDWMM/. Acesso em: 5 abr. 2025.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

MUNDO EDUCAÇÃO. Imigração haitiana no Brasil. s.d. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/imigracao-haitiana-no-brasil.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

NEW YORK UNIVERSITY (NYU). Report on human rights violations in the Dominican Republic. New York: NYU, 2025.

OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais). Relatório Anual 2023. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relatório_Anual/Relatório_Anual_2023.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Border monitoring situation report: Haiti-Dominican Republic. Geneva: OIM, 2023. Disponível em: https://dtm.iom.int/product-series/border-monitoring-situation-report. Acesso em: 23 set. 2025.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Estudo sobre integração de migrantes venezuelanos e haitianos beneficiários do Programa CBI. Brasília: OIM Brasil, 2023.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Estudo sobre migração haitiana para Brasil, Chile e Argentina. Brasília: OIM; IPPDH-Mercosul, 2023.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Haiti Earthquake Displacement Report. Geneva: OIM, 2010. Disponível em: https://www.iom.int.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Informe Apoio da OIM às Pessoas do Haiti. 2023. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-06/informe_apoio-da-oim-as-pessoas-do-haiti.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Insertion of Haitian migrants in the Brazilian labor market. 2016. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/press_release/file/Insertion-of-Haitian-migrants-in-the-Brazilian-labor-market_IOM-Study.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Migração haitiana no Chile: tendências e desafios. Santiago: OIM, 2025.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Migration Trends and Patterns in the Dominican Republic. Geneva: OIM, 2017.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Migration Trends in the Americas. Geneva: OIM, 2010.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). World Migration Report 2020. Geneva: OIM, 2020.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). Annual Change in Haitian-born Population in Chile. 2023. Disponível em: https://www.iom.int. Acesso em: 2 set. 2025.

OIM BRASIL. Direitos e serviços para migrantes no Brasil. Brasília: OIM Brasil, 2025.

OIM; MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Orientações para o atendimento a migrantes internacionais no SUAS. Brasília: Organização Internacional para as Migrações; Ministério do Desenvolvimento Social, 2023.

PACHI, P. Na terra de Bon Bagay: integração e estratégias de permanência de haitianos na Grande São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PÉAN, C. Haïti: l'économie politique de la corruption. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS. A migração, saúde e assistência social: um estudo sobre mulheres migrantes haitianas e questões de gênero. v. 3, n. 1, 2022.

RIBEIRO, M.; BAENINGER, R. Migração Sul-Sul: reflexões e perspectivas. Campinas: Papirus Editora, 2019.

ROJAS PEDEMONTE, N.; AMODE, N.; VÁSQUEZ RENCORET, J. Racismo y matrices de "inclusión" de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión. Polis, v. 14, n. 42, p. 285-306, 2015. Disponível em: http://journals.openedition.org/polis/11341. Acesso em: 2 set. 2025.

SAID, E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40

SANTIAGO, C.; SILVA, P. Migrantes haitianos en Chile: integración y exclusión. Santiago: Universidad de Chile, 2020.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001.

SCHULLER, M. Humanitarian Aftershocks in Haiti. New Brunswick: Rutgers University Press, 2016.

SEDS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social); SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos). Relatório de atividades: Gestão de imigrantes no Acre, 2010-2015. Rio Branco: Governo do Acre, 2015.

SEGUY, J. O Brasil e a Minustah: um projeto subimperialista no Haiti. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 1, p. 45-62, 2014.

SIMÕES, G. M.; NETO, J. A. Migração haitiana e trabalho: indicadores de adaptação e integração. 2021. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/5911/13693/14249. Acesso em: 28 ago. 2025.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANG, A. Why Haitians are fleeing Chile for the U.S. border. The Washington Post, 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2021/09/26/chile-haitian-border-migrants/. Acesso em: 3 set. 2025.

STEFONI, C.; SILVA, P. Políticas migratorias en Chile: de la apertura a la restricción. Revista de Estudios Sociales, n. 75, 2021.

STUDIES IN SOCIAL SCIENCES REVIEW. Políticas públicas e inclusão social dos migrantes venezuelanos em Roraima. v. 5, n. 2, 2025.

VANDERBILT JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW. The status of Haitian descendants born in the Dominican Republic: an international human rights perspective. Nashville: Vanderbilt University, 2015. Disponível em: https://scholarship.law.vanderbilt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1238&context=vjtl. Acesso em: 23 set. 2025.

WOODING, B.; MOSELEY-WILLIAMS, R. Needed but unwanted: Haitian migrants and their descendants in the Dominican Republic. London: Catholic Institute for International Relations, 2004.

Versão Final Homologada
15/12/2025 08:40